

EDUCAÇÃO

em linha

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Ano II n.º 4

Cinco equívocos sobre a cultura indígena brasileira

Foto: Portal LBA

Foto: Eliana Motta

A língua portuguesa do
Brasil no tempo de D. João

Raposa Velha e a Serra
do Grande Sol

Em defesa das
florestas brasileiras

A internacionalização
do mundo

Estado, sociedade e
questão indígena

Angelo Agostini,
o traço e o humor

Garota
Macusi

Governador	Sergio Cabral
Vice-governador	Luiz Fernando Souza
Secretário de Estado de Educação	Tereza Porto
Chefe de Gabinete	Julio Cesar Miranda da Hora
Subsecretário de Gestão da Rede e de Ensino	Subsecretário de Gestão de Rec. e Infra-Estrutura
Rafael Gomes Martinez	Cesar Francisco Ferraz Mastrangelo
Editores: Helenice Valias e John Wesley Freire	
Ilustradores: Antonio Silvério Cardinot de Souza e Rafael Carneiro Monteiro	

AGRADECIMENTOS

A Ananda Machado, Cristovam Buarque - senador, Domício Proença Filho - acadêmico da ABL, Eliane Motta, José Ribamar Bessa Freire, Laura Sandroni, Luiz Antônio de Souza, Nelson Rodrigues Filho, Vera Lúcia de Oliveira, e escritores indígenas Cristino Wapixana e Silvia Nobre Waiãpi, pela cessão graciosa de seus textos e imagens.

Às editoras Global e Topbooks; à Conceição Aparecida Vieira, da BPW; à Denise Portugal, Lúcia Zelesco e Rosângela Abrahão, do Museu do Índio/Funai; à Eni Glacir, do Ibama, pela gentil colaboração à feitura deste número. À Fundação Biblioteca Nacional, à Funarj, ao Museu Nacional de Belas Artes, ao Portal LBA, e ao de Ana Maria Machado, por suas imagens.

À Maria Regina Leitão e Angela Duque, pela arte-final da capa.

Aos colegas da Seeduc/RJ que participaram desta edição: Antonio Silvério Cardinot de Souza; Eliane Bordanachvili; Evaldo Bittencourt, Superintendente Pedagógico; Paulo Roberto Bahiense; Rafael Carneiro Monteiro e Wellington Machado.

SUMÁRIO

03	PALAVRA DA SECRETÁRIA
04	EDITORIAL
05	CONDIÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE
07	PADRE ANTÔNIO VIEIRA, HOMEM DE SEU TEMPO
09	DUAS LINGUAS (POEMA)
11	ÍNDIOS, SIM! (POEMA)
12	A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL NO TEMPO DE D. JOÃO
15	CINCO EQUÍVOCOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA
19	ESTADO, SOCIEDADE E QUESTÃO INDÍGENA
21	RAPOSA VELHA E A SERRA DO GRANDE SOL
24	SEDUZINDO LEITORES: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS
28	RESENHA: O ÍNDIO BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO FRANCESA
29	RESENHA: OUTRAS TANTAS HISTÓRIAS DE ORIGEM DAS COISAS E DO UNIVERSO
30	RELATÓRIO
32	GERÚNDIO & GERUNDISMO
34	A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MUNDO
36	EM DEFESA DAS FLORESTAS BRASILEIRAS
37	O BICHO LIXO: NARRATIVAS ORAIS GUARANI, TEATRO DE BONECOS E MEIO AMBIENTE
40	COSMOLOGIA GUARANI MBYA - A DANÇA DOS XONDARO
43	LEI SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
44	MUSEU DO ÍNDIO
45	100 ANOS DO COLÉGIO ESTADUAL SOUZA AGUIAR
46	ANGELO AGOSTINI - O TRAÇO E O HUMOR
49	FISGA-PALAVRAS
50	FALA, LEITOR

Permitida a transcrição, desde que sem fins comerciais e citada a fonte.
Os conceitos emitidos representam unicamente as posições de seus autores.
Contato com os editores: educacaoemlinha@gmail.com

PALAVRA DA SECRETÁRIA

O quarto número de *Educação em Linha*, dedicado à nossa matriz indígena, vem reafirmar a diretriz da revista de disseminar conhecimento e propor temas à reflexão. E, agora, todo esse rico conteúdo veiculado pela internet está ainda mais facilmente ao alcance de nossos professores, por meio dos 38 mil *notebooks* que a Secretaria de Estado de Educação já distribuiu ao corpo docente – mais 12 mil chegarão em breve aos professores do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Os textos desta edição contribuem de forma consistente para "o ensino da história e da cultura indígenas", conforme prevê a Lei 11.645/08. Eles enfocam a temática indígena, desconstruindo preconceitos surgidos do etnocentrismo europeu. Mostram, por exemplo, que, desde o século XVI, portugueses e espanhóis repudiavam usos e costumes indígenas, buscando submetê-los à europeização, e que, no século XVIII, Rousseau, com a teoria do "bom selvagem", Montaigne, Thomas Morus e outros – mesmo tendo visão idealizada do indígena – puseram em questão uma hierarquia de culturas.

É interessante verificarmos que a cultura ágrafa de nossos índios valoriza a herança ancestral, como evidencia a fala de Davi Kopenawa, Yanomami: "Os brancos desenharam suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Nós guardamos as palavras dos nossos antepassados dentro de nós há muito

tempo e continuamos passando-as para nossos filhos". No mesmo caminho, Daniel Munduruku afirma que, nômades, os índios não carregam livros, por isso cuidam de seus velhos, cuja sabedoria guia os mais jovens.

Outra ênfase deste número – e também da revista – é a questão ambiental: diferentemente dos indígenas, que se integram à natureza, nós nos julgamos senhores dela e abusivamente dispomos de seus recursos, sem considerar limites. Daí, resultam crescentes preocupações com o aquecimento global, a desertificação e o esgotamento dos recursos minerais, vegetais e animais. É de grande importância que a questão ambiental seja assunto de aula e que, parafraseando o beija-flor da fábula do incêndio da floresta, cada um de nós cumpra sua parte, não desperdiçando alimentos, água, material escolar, energia, nem causando danos aos rios, à vegetação ou aos animais.

Cabe destacar também os textos da revista que abordam as narrativas indígenas, como *Duas línguas*, um poema; *O Bicho lixo*, sobre o teatro como forma de educar; e *Cosmologia Guarani Mbyá*, que trata dos rituais de indígenas de Angra dos Reis e Paraty, municípios do nosso Estado.

Enfim, são muitos os conteúdos de interesse. Espero que aproveitem esta edição e vejam nela um convite a meditar sobre nossas origens culturais.

Até a próxima.

Tereza Porto
Secretária de Estado de Educação (RJ)

Dedicamos esta 4.^a edição à nossa **matriz indígena**, oferecendo aos colegas variados textos, com os quais buscamos elucidar questões, eliminar preconceitos que ainda carregamos em nossa bagagem de "civilizados", e aprender que o Brasil é mais rico e complexo do que nos ensinaram.

A esse respeito, no Seminário *Brasil, brasis*, da ABL, (05/05/08, acessável em www.academia.org.br/memoria/multimedia), Washington Novaes, respeitado jornalista, afirmou que estamos jogando fora nosso futuro quando atacamos a floresta para inserir na economia: desperdiçamos seus valiosos recursos minerais, vegetais e animais.

Asseverou que, ao invés de olharmos os indígenas como tipos exóticos que vagam nus pela mata e pintam os corpos e cantam, deveríamos perceber que desenvolveram admirável sistema social e político, no qual não há delegação de poderes: o chefe, mais experiente, não dá ordens nem reprime – orienta os demais e media conflitos. Nem mesmo a criança precisa ser mandada ou reprimida. O conhecimento é compartilhado, e na força de sua cultura, cada um sabe tudo o que necessita para sobreviver: caçar, pescar, plantar, usar plantas medicinais, construir a casa, objetos domésticos e de trabalho, e se relacionar com os demais.

Como não produzem nem consomem em demasia, não agredem o meio ambiente, relacionam-se com a natureza sabendo que dela provém a vida e o sustento. Isso não seria o próprio paraíso terrestre? Por que, então, ignoramos os índios e sua civilização, se eles é que têm muito a nos ensinar, inclusive em termos de biodiversidade da Amazônia?

Houve pequeno avanço: promulgou-se, em março, a Lei 11.645/08, (à p.43), que determina "o ensino da história e da cultura indígenas", como já se fizera com a afro-brasileira. Ficamos mais perto de ser indo-afró-euro-brasileiros, ou simplesmente – brasileiros.

Após conhecer a lei, lia-se o artigo do prof. J.R. Bessa Freire, que expõe em Cinco equívocos sobre a cultura indígena brasileira nossa distorcida visão de "civilizados" sobre os índios, dificultando-nos considerá-los integrantes da diversidade nacional.

Estado, sociedade e a questão indígena, do prof. Paulo Roberto Bahlense, analisa os direitos dos indígenas a partir da Constituição de 88.

No poema *Duas línguas*, Amadeu Ferreira desvela a angústia de um índio guarani que, da oralidade de sua língua, passa pelo letramento da portuguesa, que precisou aprender para comunicar-se na civilização branca. Mas finaliza, dizendo que já não vive sem as duas línguas, a materna e a adquirida.

De Sílvia Nobre Waiápi, a quem impediram de hastear nossa bandeira por ser criança índia, o comovente poema *Índios, sim*, em que expõe o drama desses nossos irmãos!

Como a reserva Raposa Serra do Sol é objeto de acirrada discórdia, Cristino Wapixana, escritor indígena lá nascido, desvela com *Raposa Velha e a Serra do Grande Sol* o problema de quem o vive.

O *Bicho Lixo: narrativas orais guarani, teatro de bonecos e meio ambiente*, de Ananda Machado, apresenta original forma de teatralização educativa. Anchieta já usava o teatro como forma de catequese...

Em *Cosmologia Guarani Mbyá – a dança dos xondaro*, Vera Lúcia de Oliveira descreve o ritual que os índios de Paraty e Angra dos Reis utilizam para ressignificarem sua cultura.

Há também uma página sobre o Museu do Índio, que sugerimos sirva de fonte à consulta dos colegas.

O prof. Domicio Proença Filho, acadêmico da ABL, em *A língua portuguesa do Brasil no tempo de D. João*, revela como brancos, índios e negros, de línguas tão diversas, amalgamaram a língua pátria como fator de unidade nacional e dinâmica cultural.

Com Padre Antônio Vieira, *homem de seu tempo*, o prof. Nelson Rodrigues Filho lembra os quatrocentos anos desse expoente de nossas letras barrocas, mostrando-nos suas facetas de orador, político e evangelizador.

Honrados com a colaboração, divulgamos *A Internacionalização do mundo*, do senador e prof. Cristovam Buarque, a defender a internacionalização da Amazônia, se... os outros países internacionalizarem também seus recursos naturais e financeiros, em nome do bem comum.

Em defesa das florestas brasileiras notícia a carta aberta aos presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado, pela defesa da Amazônia.

No artigo *Condição humana e educação na pós-modernidade*, o prof. Evaldo Bittencourt adverte que a escola não pode esperar por soluções externas, mas apostar na construção coletiva de novos conceitos, valores e projetos para transformar o mundo.

Laura Sandroni, especialista de literatura infantil e juvenil, em *Seduzindo leitores: a importância da literatura para crianças e jovens*, nos oferece propostas para envolver crianças desde a mais tenra idade com os livros, preparando-as para serem pessoas mais conscientes e críticas da sociedade em que vivem.

O *Índio brasileiro e a Revolução Francesa*, consagrado clássico de Afonso Arinos de Melo Franco, acadêmico da ABL, falecido, é resenhado por Luiz Antônio de Souza, bibliotecário da BALM/ABL.

Sobre *Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo* nossa outra resenha, do premiado Daniel Munduruku, escritor indígena que recebeu o Prêmio ABL de literatura infanto-juvenil 2008.

Na sequência *Redação Oficial*, publicamos *Relatório sobre nossa revista*, que completa seu primeiro ano, sugerindo melhorias à sua feitura. Em *Gerúndio & Gerundismo* contrapusemos aquela forma nominal do verbo com o vício – seu uso indevido –, que exorcizamos.

O prof. Wellington Machado comemora o centenário do C. E. Souza Aguiar, "calcado no seu tempo e sempre feito e feito para a sua gente". De sua longa trajetória, destacamos alguns ex-alunos famosos.

Introduzimos a seção *Ilustração & caricatura*, proposta pelo renomado ilustrador Ruy de Oliveira. Nela, o prof. Rafael Carneiro Monteiro, nosso colaborador de primeira hora, escreve *Angelo Agostini – o traço e o humor*, homenageando quem mudou a caricatura brasileira, mantendo-se até hoje como seu marco.

Para concluir, A. Silvério nos desafia com mais um bem-humorado *Passatempo*.

Como as mensagens recebidas por nós não provêm só de professores, a seção foi rebatizada para *Fala, leitor*. Esperamos a colaboração dos leitores, propondo temas, enviando-nos contribuições, avaliando nosso trabalho. O endereço é: educacaoemlinha@gmail.com.

Helenice Vallas e John Wesley Freire
Editores

CONDIÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE

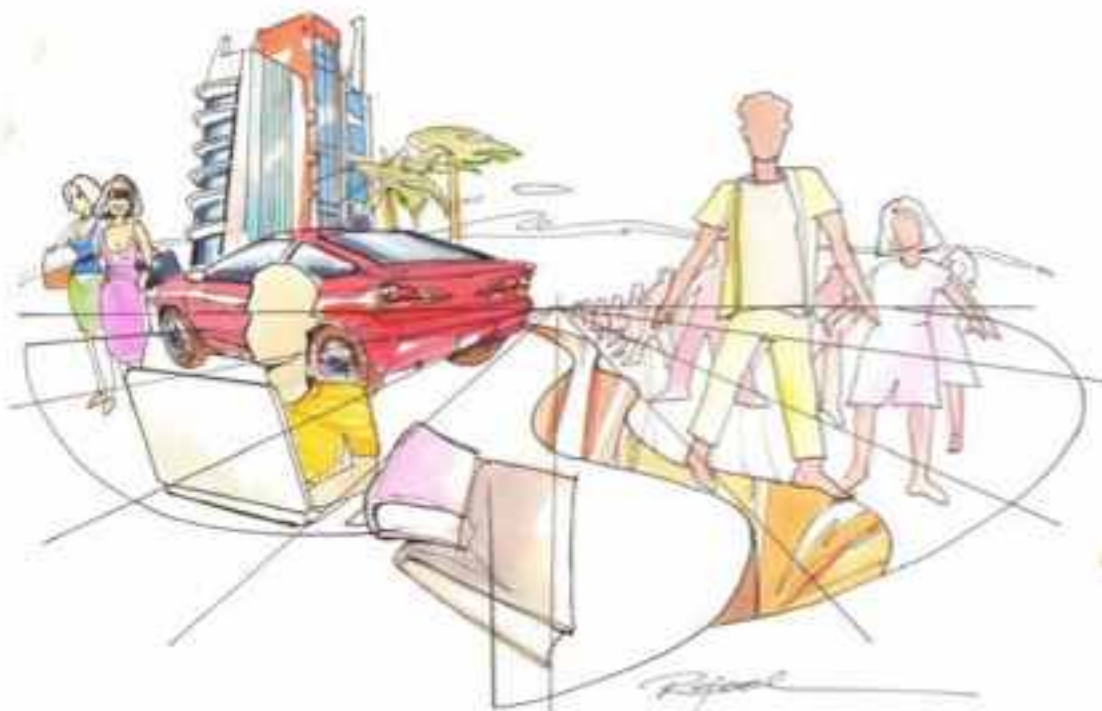
A sociedade, em crise deste início de século, exige de todos os segmentos mobilidade e novas acomodações que, face à dinâmica das transformações, voltem em breve a instabilidades e novas buscas para garantir sobrevivência, reprodução cultural e organicidade mínima do Estado, das instituições de diferentes níveis e objetivos e da própria criatura humana.

O desafio de viver e gerenciar a vida neste aparente caos leva-nos à ruptura dos paradigmas vigentes e nos reporta a profunda revisão dos mecanismos e procedimentos de superação das adversidades e conflitos, obrigando-nos a olhar para além do imediato e do pontual.

Faz-se urgente e necessária a leitura do processo e do contexto, a fim de se identificar a razão das transformações, os papéis de cada um no cenário em mudança e as possibilidades de reflexão e de ação de cada sujeito histórico neste momento de crise, "de situação de bifurcação bem clássica", no dizer de Wallerstein.

Na busca de compreensão da totalidade, nos reportamos a Boris Lima, que configura o processo de conhecimento do real a partir da análise do concreto, ideia reiterada em sua afirmação: "O caminho para o conhecimento vai do estudo dos fenômenos diretos à descoberta de sua essência, da aparência à sua estrutura (...) Conhecer é uma operação que se inicia por captar o exterior, perceber os objetos, assimilar o concreto".

Buscando compreender os fenômenos da atualidade, recorremos também a Karel Kosík - *Dialética do concreto*, 1976: "Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência".



No atual cenário mundial, vê-se o domínio de alguns em detrimento do bem-estar e da dignidade da coletividade. Isto é reflexo da luta histórica do homem por espaço, domínio e poder, e chega aos nossos dias com reforço da globalização, das tecnologias, do aparato dos sistemas financeiros que contribuem cada vez mais para o enriquecimento de poucos e empobrecimento exacerbado de milhões, em diferentes quadrantes do planeta. Na sociedade pós-industrial, em que o conhecimento passa a ser a principal força econômica de produção, verifica-se a chegada da pós-modernidade – que determinará sérias mudanças organizacionais no Estado.

Para Frederic Jamenson, a pós-modernidade é entendida como sinal cultural de novo estágio na história do modo de produção reinante, caracterizada por: explosão tecnológica da eletrônica moderna e seu papel como principal geradora de lucro e inovação; predomínio empresarial das corporações multinacionais com deslocamento das operações industriais para países distantes, com salários baixos; imenso crescimento da especulação internacional; ascensão dos conglomerados de comunicação com poder sem precedentes sobre toda a mídia e ultrapassando fronteiras; perpétuo presente que, na era do satélite e da fibra ótica, impõe o espacial dominando o imaginário, desta

forma influenciando as artes, a subjetividade, o poder criativo e toda forma de expansão das potencialidades humanas; a Terra unificada eletronicamente, resultando simultaneidade de eventos mundiais como espetáculo diário, dentre os quais a naturalização da violência e das periferias, ocultando causas e levando os indivíduos a assumirem-nas e suas respectivas soluções; o sujeito passa a ser uma superficialidade, inseguro, com depressões e variações de humor, impedido de historicidade, transforma-se em alienado e mero consumidor.

Polaridades típicas do sujeito vão da exaltação da corrida às mercadorias, do eufórico entusiasmo do espectador ou consumidor à depressão no vazio nihilista mais profundo do ser, prisioneiro de uma ordem que resiste a qualquer outro controle ou significado.

O campo da subjetividade e das relações humanas em todos os níveis acabam por sofrer, também, as influências da nova ordem, gerando instabilidades e desgastes nas bases da sociedade. A exacerbação do individual e do impermanente resulta na tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana: ocupacional, emocional, sexual e política. Banaliza-se a vida e coisifica-se a criatura humana, descartando-se tudo o que se apresenta como impeditivo ao projeto de felicidade pessoal.

Recorremos ainda a Jameson – *A sociedade do espetáculo*, 2002 – para melhor compreensão destes fenômenos. Afirma ele que “essa mudança na dinâmica da patologia cultural pode ser caracterizada como aquela em que a alienação do sujeito é deslocada pela sua fragmentação”. E prossegue: “Esses termos nos levam inevitavelmente a um dos temas mais em voga na teoria contemporânea, o da morte do próprio sujeito – o fim da mônada, do ego ou do indivíduo autônomo burguês”.

O desaparecimento do sujeito individual e a crescente inviabilidade do estilo pessoal, determina a prática, quase universal em nossos dias, do que se pode chamar de pastiche.

(...) essa onipresença do pastiche não é incompatível com um certo humor nem é totalmente desprovida de paixão: ela é, ao menos, compatível com a dependência e com o vício – com esse apetite, historicamente original, dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por “espetáculos”. É para esses objetos que devemos reservar a concepção de Platão do “simulacro”, a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu. De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, “a imagem se tornou a forma final da reificação”.

Cabe aos educadores, neste contexto pós-moderno, uma reflexão profunda da sua própria percepção enquanto ser produtor e reproduzidor de conhecimento, numa era globalizada e globalizante, onde muitos alunos têm acesso às informações e fatos em tempo real e não sabem o que fazer com eles.

Não seria interessante indagar como estamos nos preparando para uma prática muito mais mediadora do que impositiva, como até aqui temos conduzido a educação? Não é momento de aliviar o peso de nossos ombros causado pelas responsabilidades que a sociedade tem imposto à escola para que seja redentora de todos os problemas gerados coletivamente? Por que dar conta sozinhos de questões relevantes se o caminho pode ser coletivo, democrático e plenamente dialógico?

Estamos certos de que não será possível mais esperar a solução vinda de fora ou de outrem. Mas não poderá ela nascer das idéias mais simples, no palco da escola, com colegas e alunos, pais e outros parceiros de trincheira na luta por um mundo melhor, uma sociedade mais feliz e humanizada?

Romper o isolamento imposto pela exacerbação do individualismo e apostar na construção coletiva de novos conceitos, valores e projetos que poderão, na prática, transformar o planeta de onde cada um se encontra. Pode ser o simples e grande começo de uma nova história. Basta desejá-la com convicção e comprometimento. É isso não tem faltado aos educadores brasileiros.

Evaldo Bittencourt
Superintendente Pedagógico – Seeduc/RJ
Professor das Faculdades UVA e Granbery/MG
Mestrando em Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ

www.faperj.br; uninove.br; angeifire.com; bibliotecadigital.uol.br

PADRE ANTÔNIO VIEIRA, HOMEM DE SEU TEMPO



Vieira pregando

O Padre Antonio Vieira é um dos grandes estilistas da língua portuguesa. Fernando Pessoa lhe chamou "imperador da língua". Nele se encontra um dos melhores exemplos do pensamento e da arte barroca.

No campo da retórica, é, como jesuíta, um discípulo de Aristóteles, na arte de persuadir, e seguidor da lição agostiniana de que a verdade está na alma e o entendimento nos sentidos. O sermão de Vieira, conforme o exposto no *Sermão da Sexagésima*, é um poderoso instrumento de ação e obra de semeador, como ele mesmo nos diz, citando Matheus XXXIII, 3 ("Ecce exiit qui seminat, seminare").

Aí salienta que –, para atingir a transformação/conversão – é necessária a credibilidade de quem fala, manifestamente garantida pela ciência que tem – hermenêutica que é, no seu caso, das Escrituras, dos textos da Igreja –, o exemplo e a ação que desenvolve (para apenas não ter "o nome de pregador" ou ser "pregador de nome") e a elocutio, que compreende o estilo e a voz.

E posto que nestes mesmos padres, como em Santo Agostinho, S. Gregório se acham os Evangelhos apostilados com nomes de sermões e homilias, uma coisa é expor, a outra é pregar; uma é ensinar e outra persuadir. É desta última que falo, com a qual tanto fizeram no mundo Santo Antonio de Pádua e S. Vicente Ferrer.

Baseado em preceitos semelhantes e criticando, implicitamente, a prática dominicana, Vieira vai distinguir os "que saem a semear" e os "outros, que semeiam sem sair", os primeiros "com mais passos" e os segundos, "com mais Paço".

No *Sermão da Sexagésima* fica exposta a consciente distinção de formas e procedimentos entre a intenção de demonstrar e a ação de persuadir, esta, a preocupação maior do pregador.

Demonstrar é expor um conhecimento com as provas organizadas por um procedimento silogístico-dedutivo. Pregará é induzir outrem a uma ação ou decisão por meio de argumentos, ou seja, tematizar a pretensão de validade, com vista a uma ação ou deliberação, por meio da indução e do compromisso com normas.

A demonstração, de caráter analítico, pressupõe um tipo de discurso de raciocínio sistemático. A partir de expressões válidas (axiomas), busca-se deduzir outras expressões válidas que se possam, do ponto de vista referencial, submeter ao valor de verdade. Já a retórica argumentativa, a que se vincula o ato de pregar, busca induzir outrem a uma ação e decisão por meio de argumentos, tematiza a pretensão de validade que se tornou duvidosa, com vista a uma ação ou deliberação.

A diferença entre as duas formas põe em relevo universos de linguagem diferentes. O discurso demonstrativo concerne ao mundo a que Habermas chama *objetivo*, de natureza teórico-cognitiva, lógico-dedutivo, das relações entre sujeito e objeto, submetendo-se, necessariamente, aos valores de verdade e falsidade. O discurso retórico-argumentativo, caso de Vieira, é pertinente ao mundo social, de natureza ético-política, lógico-indutivo, das relações entre sujeitos, submetidas a normas. A esta espécie pertencem os discursos judicial, religioso e político, que, por natureza e intenção, visam a levar o ouvinte a certa decisão ou ação.

As duas formas de discurso serviram de base para que Paul Ricoeur distinguisse o conhecimento ("crença racional") da ação ("ação racional"), que entretêm uma diferença de base, com expressão no vocabulário e na sintaxe proposicional figurada no par **porque** ("crer que C, porque outra coisa é verdadeira") / **através de** ("ter a intenção de que A aconteça, A acontece por que outra coisa se fez").

O discurso de Vieira, como discurso de ação, põe em relevo uma estrutura invariante, um sistema, uma gramática,

confirmada no desempenho de suas várias atividades. Sempre obediente ao cânone cristão, seu discurso traz sempre, todavia, um propósito político, voltado para a contemporaneidade e o futuro. E, em tudo isso, se revela permanente e inquieta intenção, não só de converter ao saber cristão, mas, sobretudo, de converter para um saber que possa determinar transformação histórica.

A analogia é o comportamento semântico persistente de sua fala engenhosa. Como hermeneuta (da Bíblia e dos textos religiosos), Vieira integra, em seu discurso, o sagrado e o profano, em processo de dupla interpretação, num duplo ato persuasório, religioso e político.

Os sermões do período de D. João IV exemplificam bem a estratégia da ação persuasiva. Sob a forma alegórica de superfície vinculada a uma temática religiosa (e, portanto, atemporal, doutrinária e axiomática), habita a questão política temporal como tema do discurso, em busca da adesão e ação do ouvinte.

Paradigmático é o *Sermão de São Roque*, pronunciado na Capela Real, em 1644, na presença do rei. Relaciona-se à Festa de São Roque e, ao mesmo tempo, coincide com as comemorações do primeiro aniversário do príncipe D. Afonso, cujo nascimento é visto como fruto da providência divina, passados sessenta anos da noite castelhana, desde o desaparecimento de D. Sebastião, que, como D. Henrique, não teve filho. Atualiza o sebastianismo, substituindo-o pelo bragançismo. Retoma a crença e a tradição do sonho de Afonso Henriques, marcando o reinado de D. João como continuador da profecia. Vai, entretanto, como intenção maior, vincular à biografia de São Roque – rejeitado e, depois, ungido – uma questão temporal atual, a situação crítica do reino português, hostilizado, em seu território, por Castela, e pela Holanda em suas conquistas, e atrasado em relação ao mundo burguês-capitalista, de perfil protestante, que construa uma nova ordem econômica, sustentada no capital privado de base judaica. Vieira pensa a contemporaneidade de Portugal em termos de fundação de companhias, e está certo, pela evidência, da necessidade da presença dos judeus e cristãos-novos, expropriados e expulsos de Portugal, por obra da Inquisição. Isso lhe vai custar, aliás, o processo da Inquisição.

O evangelho fornece a legitimação e o fim é a eficácia do jogo de xadrez da persuasão, por meio da analogia e da alusão, elementos da estratégia manifestada na metáfora e na alegoria, como forma de indução retórica, e no entimema (silogismo incompleto, redução por zeugma da premissa maior, considerada do conhecimento e aceitação de todos), como base do entendimento.

“Roques a reis, peças que se ajudam. A este intento procurarei encaminhar todo o sermão. O evangelho nos dará os documentos, o Santo nos dará exemplos: queira Deus que não resistam os corações”.

O mesmo se dá em outras questões de época, o caso do indígena e o do escravo. No primeiro, Vieira defende, com vigor, os indígenas contra a escravização deles, o que, em certo momento, lhe valeu a expulsão da colônia. Numa carta ao rei D. Afonso VI, diz ele: “... entre todas as injustiças, nenhuma clama tanto ao céu como as que tiram a liberdade aos que nasceram livres, e as que não pagam o suor aos que trabalham...”

Vê-se aí o que marca a posição jesuítica de Vieira. Os naturais serão salvos pela cristianização. Os outros, tratados como animais de trabalho, de forma indigna e cruel, embora todos os homens sejam iguais perante o Criador. A posição é, entretanto, ambígua como o é, aliás, a da sua companhia. Num mesmo sermão (27.º do Rosário), critica a discriminação cruenta dos senhores, mas exorta o escravo a uma atitude de submissão, identificando o sofrimento dele com o de Cristo.

De qualquer modo, Vieira viveu como se via: “... sou homem do tempo; com ele vivo, com ele morro, com ele adeço, com ele saro.”



Frontispício da publicação de sermão de Vieira, 1645

Nelson Rodrigues Filho
Mestre em Teoria Literária e Doutor em Letras pela UFRJ
<http://nelrofi.blog.uol.com.br/>

DUAS LÍNGUAS



Vivi muitos anos com a língua entortada,
 porque fui obrigado a falar palavras estranhas de uma outra língua.
 Queriam que eu falasse uma língua que eu não falava,
 que eu dissesse o que não dizia, que eu calasse o que sabia.

Por isso, durante muito tempo fiquei emudecido.
 A língua presa, travada, reprimida.
 A palavra entalada na garganta, o não-dito.

Tentaram tirar de mim aquilo que havia guardado como um tesouro:
 a palavra, que é o arco da memória.
 Diziam que me faltava inteligência,
 porque antes de gaguejar as palavras certas
 eu tinha de pensar, duas vezes, numa língua estranha.

O tempo passou. Agora, tenho duas línguas.

Uma língua nasceu comigo, no colo da minha mãe.
 É a língua que expressa a alma guarani.
 É a língua do *tekoa*, da *opy*,
 onde as palavras se abrem em flor e se convertem em sabedoria,
 as belas palavras, *nhe é porangue 'i*,
 palavras indestrutíveis, sem mal, *ayvu marã'eĩ*.
 O nome que tenho, foi ela quem me deu na cerimônia do *Nhemongarai*.
 É nela que ouço as divinas palavras do *maino 'i*.
 Com ela nomeio as plantas, as flores, os pássaros, os peixes,
 os rios e as pedras, o sol e a chuva, a roça e a caça.
 Com ela, faço soar o *mbaraka*, aspiro o *petyngua*,
 danço *xondaro*, canto pra *Nhanderu* e rezo *nhembo 'e*.
 Bebo *kaguijy*, como *avaxi* e *jetý*, aprendo *jopoi* e *potyrõ*,
 tudo isso com ela eu faço: rio e choro, rezo e canto.
 Com ela, eu sou o que falo: guarani.

A outra língua que tenho é a que sobrou
 de uma guerra de muitas batalhas.

Ela trouxe a espada e a cruz, o livro e as imagens,
o sermão, o catecismo, a doutrina, as leis.
Ela me ensinou a aprisionar o som,
como quem pega a fumaça com a mão e a guarda no *ajaka*.
Com ela, aprendi riscar as letras,
e a desenhar as palavras no papel.
Quando saio da aldeia, é ela quem me ajuda.
Com ela, procuro escola e biblioteca, mercado e igreja,
posto de saúde e hospital, cartório e tribunal.
É com ela que me comunico com índios de outras línguas.
Com ela navego na internet,
descubro o pensamento do *jurua*,
caminho pelas ruas, leio as cidades, entro nos ônibus,
embarco e desembarco na rodoviária,
vendo o artesanato e converso com as pessoas.
Agora já não posso mais viver sem as duas.
Estou sempre trocando de língua com um pouco de medo,
como se fosse um caso de bigamia.
Uma língua sabe coisas que a outra desconhece,
acham graça uma da outra, fazem gozação e às vezes se zangam.
afóra isso, elas se dão tão bem, que sonho nas duas ao mesmo tempo.

Às vezes, a palavra de uma soa engraçada na outra.
Às vezes, quero falar uma e me sai a outra.
Às vezes, quando me perguntam numa, respondo na outra.
Às vezes fico com uma delas tão enfiada
que, se permaneço calado,
tenho a impressão de que vou explodir.

Algumas vezes elas se enredam e se entrelaçam uma na outra
e depois disputam uma corrida para ver quem chega primeiro,
e muitas vezes permanecem misturadas uma na outra
que me dá até vontade de rir.

Há dias em que as palavras não ditas me pesam tanto,
que eu libero todas elas, deixando-as voar como música,
com medo que fiquem enferrujadas as cordas que as sabem tocar.
Há dias em que quero traduzir uma para a outra,
mas as palavras se escondem de mim, fogem para bem longe
e gasto muito tempo correndo atrás delas.
Entre elas, dividem o meu mundo
e quando atravessam a fronteira se sentem meio perdidas
e não se cansam de roubar palavras uma da outra.
Ambas pensam,
mas há partes do coração em que uma delas não consegue entrar
e quando se aproxima da porta, o sangue se põe a jorrar com as palavras.

Cada uma foi professora da outra:
o guarani nasceu primeiro e eu me habituei a dormir
embalado por sua suave sonoridade musical.
O guarani não tinha a letra, é verdade, mas era o dono da palavra falada.
Ensinou ao português os segredos da oralidade, guiando-lhe a voz.
Já o português, nascido na ponta dos meus dedos,
ensinou o guarani a escrever, porque este nunca havia frequentado a escola.
Tenho duas línguas comigo
duas línguas que me fizeram
e já não vivo sem elas, nem sou eu, sem as duas.

Texto inspirado no poema *Duas Línguas*, de Amadeu Ferreira, escrito em mirandês, língua falada em trinta e uma aldeias de Portugal e oficialmente reconhecida pela Convenção Europeia das Línguas Minoritárias. Na realidade, reproduziram-se aqui algumas frases integrais do poema original, com autorização do autor ao professor José Ribamar Bessa Freire, que o adaptou. Esse texto serviu de reflexão em oficina com professores guarani e agentes indígenas de saneamento do Rio de Janeiro.

ÍNDIOS, SIM



Museu do Índio/ Funai

O sol se pôs, e a lua já surgiu.
Estupenda e radiante como se nela brotasse a vida.
Olhos brilhantes como o fogo também brotavam no céu
Comovendo a minha face empoeirada na estrada.



A natureza morta e queimada não satisfazia o meu queixume,
Depois de tanto vagar e só encontrando
destruição e estupidez de um povo sem nação,
minha alma chorou, e sangue verde e amarelo jorrou do meu coração.

Estúpida raça que invadiu o meu país!
Por que tudo destroem e não ajudam a construir?
Por que não se comovem com meu olhar sereno?
Com esta pele morena que cheira a selva e com o meu canto que traz a chuva?



Índios? Sim!
Não injustos,
mas injustiçados.
Não assassinos,
mas assassinados.
Não ladrões,
mas roubados.

Sim!
Humildes e humilhados!
Corajosos e atraíçoados!
Sim!
Verdadeiros e enganados!
Desamparados e ignorados!

Nação de Homens Nus!
Da Terra de Santa Cruz,
Em um país endividado com índios:
martinizados
no mundo da propina e
do abuso de poder!



*"Antes de mim, minha Nação!
Antes de qualquer paixão, a minha Bandeira!
Porque um povo que não preserva a identidade e
nem guarda a memória dos seus mortos não sabe
de onde veio e nem sabe para onde vai!"*

A autora, na aldeia Walápi, Reserva do Tumucumaque, Amapá

Silvia Nobre Walápi
Fisioterapeuta, Especialista em Anatomia & Biomecânica
Pós-graduanda em Relações Internacionais
Conselheira e Membro Colaborador da Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas

A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL NO TEMPO DE D. JOÃO

Quando, em 1808, D. João e sua corte chegam às terras brasileiras, o português, predominante desde fins do século XVII superpõe-se às línguas gerais de base indígena, pouco a pouco ensombrecidas. É a língua do comércio, nos portos do litoral, nas cidades e nas vilas de maior importância. Usa-se no ambiente familiar dos lusitanos, nos papéis da igreja e nos documentos oficiais, nos colégios dos jesuítas. Nestes últimos, à feição do latim e exclusiva da formação dos sacerdotes. É também suporte da literatura nascente. Na realidade da época, marcada pela diversidade social e cultural e pela freqüente mudança no jogo de relações entre o campo e a cidade, constitui, como destacam os historiadores Arno e Maria Wehlig, um elemento de ligação comunitária. Ao lado do catolicismo e da ação administrativa lusa.

Paralelamente, ainda freqüentam, o cotidiano da comunicação, em menor escala, idiomas crioulos ou semicrioulos, falados por mestiços ameríndios ou africanos, entendido o termo crioulo, no caso, como a língua que emerge da adaptação do português na fala mestiça. Presentifi-



Largo da Paço, início do séc.XIX, Luigi Stalione - Funari

cam-se também falares de origem africana e prováveis "línguas gerais" vinculadas a dialetos de África, utilizados por africanos e seus descendentes. Restritas aos espaços silvícolas, permanecem em uso línguas próprias de diversas tribos. Acrescente-se a presença do francês, do holandês e do espanhol, localizados em função de invasões e eventuais domínios.

Trata-se de um convívio marcado de inter-influências. Num Brasil eminentemente rural, mas com vilas e cidades nascentes na faixa do litoral. Com uma população na maioria analfabeta e alguns cidadãos letrados, usuários do padrão culto da metrópole e com a comunicação pautada fundamentalmente na língua oralizada. Sem órgãos de imprensa. Poucas, as escolas, que não vão além do ensino primário e médio marcado de precariedade. Com uma literatura modelizada à européia, matizada de alguns traços singularizadores e usufruída por poucos. No processo, duas modalidades de um mesmo idioma em mutação: a fala popular, disseminada pelo vasto território desbravado, ao lado da língua culta dos padres, dos poucos letrados, dos doutores formados em Coimbra. Distância que se ampliará ao longo do tempo.

À margem da reduzida parcela escolarizada da população, a grande massa de povo vale-se da língua que unia, sobretudo no vocabulário, o português, as contribuições indígenas e africanas. Desde logo, desenham-se, no âmbito do primeiro, realidades distintas: de um lado, a formação de grupos cujo repertório cultural e lingüístico possibilita um uso que confere novos matizes ao idioma, sem desfigurar-lhe a estrutura de origem; de outro, a utilização de um falar com características definidas, resultantes de alterações por vezes extremas.

A instalação da sede da Coroa no Brasil contribuirá decisivamente para a consolidação da prevalência do

português, para a configuração da norma brasileira e para a diluição do enorme vazio existente entre a língua escrita e a língua falada.

A população de fala lusitana do Rio de Janeiro praticamente dobra, com os 10 a 15 mil cortesãos que vêm juntar-se aos prováveis 16-18 mil brancos e possíveis 20 mil índios, negros e mestiços habitantes da capital.

O padrão culto da metrópole ganha um reforço de vulto com a vinda para a colônia do contingente administrativo e, na carga, de uma máquina impressora e de livros, base do acervo da biblioteca que será criada, preciosos instrumentos de divulgação do idioma.

A revogação do decreto de 1785, que proíbe manufaturas no território colonial, subsídios às indústrias da lã, da seda, do ferro, incentivo à invenção e à introdução de novas máquinas propicia a ampliação da mão-de-obra escrava, com a concentração da entrada pelos portos ao sul da Bahia, destacado o Rio de Janeiro. Em decorrência, falantes africanos vêm juntar-se em grande número, a tantos outros, na comunicação cotidiana, com reflexos na comunicação intergrupal e intragrupal.



Largo da Cariaca, em 1816. Nicolas Antoine Taunay. Museu Nacional de Belas Artes/Rio de Janeiro

divulgação do registro culto do idioma. Com esta última, ganha presença, inclusive, uma norma orientadora da língua escrita do Brasil.

Configura-se, no Rio, uma elite nostalgicamente européia que procura, como pode, adaptar à realidade brasileira padrões cortesãos de Lisboa. Na vida social. Na imprensa, logo agilizadora da opinião pública. Na literatura, que se permite um ou outro matiz brasileiro na temática ou no texto. Na língua, para cuja sedimentação e unidade irá contribuir a educação sistematizada das escolas, ainda que precária.

Tipografias entram em atividade. Livros começam a ser produzidos. Poucos, mas livros. E divulgados: 1813 registra a existência de duas livrarias na capital da colônia. Ainda que a leitura seja privilégio de poucos. De 1808 a 1822, só 20 mil habitantes do território brasileiro sabem ler escrever. E com poucos livros disponíveis. A organização da biblioteca régia levou algum tempo para concretizar-se. À leitura, abrem-se, entretanto, jornais, revistas, panfletos.

A língua portuguesa ganha relevância ainda na educação. Destacada a dimensão conservadora da escola, dominante na época. Convertida, portanto, em guardiã do registro formal. Como era próprio do momento histórico. Verdade que o ensino elementar não usufrui de maior atenção. Por força das novas exigências de

E muito europeu se achega. Com suas línguas vernáculas. São ingleses; alemães; franceses; suecos; norte-americanos, italianos; suíços. Comerciantes, na maioria dos casos. Também artistas, militares, artesãos e diplomatas. E certamente procuram falar português a seu modo.

A Biblioteca Real, os teatros, a Imprensa Régia, além de outros aspectos de sua relevância cultural, abrem espaços para a

profissionais qualificados, o governo amplia, entretanto, a rede de estabelecimentos escolares, com a criação das chamadas escolas régias, equivalentes, em princípio, ao atual ensino médio e com a inauguração do ensino superior no Brasil, como é sabido. Para suprir os vazios de quadros técnicos, necessários ao melhor desempenho da agricultura e à emergente atividade industrial, abrem-se cursos especiais. Na docência, em todas essas instâncias, privilegiado o português.

A escola, notadamente a secundária, converte-se em baluarte da língua modelizada segundo as normas vigentes ditadas por Portugal. Mesma posição assumida pela imprensa.

Os princípios norteadores dos rumos do idioma irão logo refletir-se, a médio prazo, no sistema de educação pública, ao tempo da independência.

Acelera-se o desenvolvimento da faixa litorânea, com reflexos no uso do idioma.

No ano da criação do Reino Unido, 1815, a população brasileira totaliza 3.817.900 habitantes. Destes, 1.887.900 livres – 1.043.000 brancos, 595.500 negros e mestiços, 259.400 índios e 1.930.000 escravos. Grande o número de pobres livres, brancos, negros ou mestiços. Os



Guia de Caminhantes, séc. XIX – Fundação Biblioteca Nacional

números são relevantes, em relação às mesclas lingüísticas e seus reflexos na língua oficial. Pouco a pouco, o indígena assimila os hábitos do colonizador e se aproxima da língua dos lusos. Sincretizam-se, gradativamente, traços culturais peculiares dos negros e seus descendentes, com conseqüências na manifestação lingüística.

Em 1820, quando D. João VI retorna a Lisboa, evidenciam-se na língua da capital brasileira reflexos da presença portuguesa. Ao longo da então sede do Reino Unido, as línguas gerais seguem perdendo espaços; diante do português brasileiro, multifacetado, na diversidade de suas variantes. Com a grande massa do povo fiel ao uso da língua que unia o português, as contribuições indígenas e africanas. À margem da reduzida parcela escolarizada da população, mais familiarizada com a norma de Portugal. Persistem falares crioulos e semicrioulos e línguas de tribos silvícolas isoladas.

Depois são tempos independentes. A língua portuguesa do Brasil, sedimentada, ganha relevo como um dos fatores da unidade nacional e acentua, na dinâmica do processo cultural em que se insere, a norma paritária que a singulariza no concerto do idioma que une os povos da comunidade lusófona. Direta e indiretamente favorecida pelas diretrizes e pela ação do governo de D. João, Príncipe Regente e o sexto do nome a assumir a Coroa lusitana.

Domício Proença Filho
Membro da Academia Brasileira de Letras
Autor de *Por dentro das palavras da língua portuguesa*

CINCO EQUÍVOCOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA

Se não tivermos conhecimento correto sobre a história indígena, não poderemos explicar o Brasil contemporâneo. As sociedades indígenas constituem um indicador extremamente sensível das características da sociedade que com elas interage. A sociedade brasileira se desnuda e se revela no relacionamento com os povos indígenas. Nesse sentido, buscar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer "o outro", "o diferente", mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos.

Primeiro equívoco: o índio genérico

A primeira idéia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma idéia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas a uma entidade supra-étnica. O Tukano, o Desana, o Mundurucu, o Waimiri-Atroari deixa de ser Tukano, Desana, Mundurucu e Waimiri-Atroari para se transformar no "índio", isto é no "índio genérico".

Hoje vivem no Brasil mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes. Cada povo



18. Desnat, índio Camassá, 1840, Museu de Arte de São Paulo

desses tem língua, religião, arte, ciência, e dinâmica histórica próprias, diferentes de um povo para outro. Só para se ter noção dessa enorme diversidade, quando Frei Gaspar Carvajal desceu o rio Amazonas, em 1540, encontrou aqui povos que falavam dezenas de línguas diferentes, tão diferentes entre elas como o português é do alemão.

Trabalho feito pelo lingüista tcheco Cestmír Loukotka, em 1968, sobre classificação de línguas, mostrou que na Amazônia brasileira, em 1500, eram faladas mais de 700 línguas diferentes.

O grau de intercomunicação entre elas é variável. A diferença que pode haver entre a língua macuxi e a Igaricó, ambas do tronco lingüístico karib, é comparável à existente entre o português e o espanhol, ou seja, é possível estabelecer um nível mínimo de comunicação. No entanto, não é o que ocorre, por exemplo, entre a língua makuxi (karib) e a wapixana (aruák); entre línguas de troncos diferentes, as diferenças podem ser comparáveis à existente entre o alemão e o português, sem condição de entendimento.

O segundo equívoco: culturas atrasadas

A segunda idéia equivocada é considerar as culturas indígenas como *atrasadas* e *primitivas*. Os povos indígenas produziram saberes, ciências (em moldes diversos da nossa ciência), arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensam os mal-informados.

As línguas indígenas, por exemplo, foram consideradas pelo colonizador, equivocadamente, como línguas "inferiores", "pobres", "atrasadas". Ora, os lingüistas sustentam que qualquer língua é capaz de expressar qualquer idéia, pensamento, sentimento e que, portanto, não existe uma língua melhor que a outra, nem língua inferior ou mais pobre que outra. As pessoas, no entanto, confundem muitas vezes as línguas com os seus falantes. O que existe são falantes que, na estrutura social, ocupam posições privilegiadas ou não.

As religiões indígenas também foram consideradas pelo catolicismo guerreiro, no passado, como conjunto de superstições. Entretanto, basta entrar em contato com as formas de expressão religiosa de qualquer grupo indígena, para verificar quanto esta visão é etnocêntrica e preconceituosa. Desde 1992, tenho realizado visitas às aldeias dos índios Guarani Mbyá no estado do Rio de Janeiro. São cinco aldeias, uma em Angra dos Reis e quatro em Paraty. Os Guarani foram considerados por estudiosos como "os teólogos da Floresta", devido à sua profunda religiosidade, que se manifesta a todo momento, no cotidiano, penetrando nas diversas esferas da vida. As próprias atividades econômicas aparecem muitas vezes como simples pretexto para a realização de cerimônias. A colheita de produtos

da roça pode ser motivo para rezas e danças rituais. O ciclo econômico anual é, antes de mais nada, um ciclo de vida religiosa, que acompanha as diversas atividades de subsistência. A religião é, assim, um dos mais importantes fatores de identidade para os Mbyá.

As ciências indígenas também foram tratadas de forma preconceituosa pela sociedade brasileira. Os conhecimentos indígenas foram desprezados e ridicularizados, como se fossem a negação da ciência e da objetividade. O antropólogo Darel Posey explicou que existem índios especialistas em solos, plantas, animais, colheitas, remédios e rituais. Mas tal especialização não impede, no entanto, que qualquer Kayapó, seja homem ou mulher, tenha absoluta convicção de que detém os conhecimentos e as habilidades necessárias para sobreviver sozinho na floresta, indefinidamente, o que lhe dá grande segurança. Segundo Posey:

Se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos, que sobreviveram com sucesso por milhares de anos na Amazônia. Essa posição cria uma "ponte ideológica" entre culturas, que poderia permitir a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno.

O preconceito contra as línguas, as religiões e as ciências produzidas pelos índios alcançou também as artes, sobretudo a literatura. Os diferentes povos indígenas produziram uma literatura sofisticada, que foi menosprezada porque as línguas indígenas eram ágrafas (não possuem escrita), e essa literatura foi passada de geração em geração através da tradição oral. As várias formas de narrativa e de poesia indígena, por isso, não são consideradas como parte da história da literatura nacional, nem ensinadas nas escolas, tampouco reconhecidas e valorizadas pela mídia.

No século passado e no início deste século, vários estudiosos recolheram, no Pará e no Amazonas, literatura oral de primeiríssima qualidade. Um deles foi o general Couto de Magalhães, que não era militar, mas advogado e político mineiro; que recebeu a patente de general porque, quando era presidente da província do Mato Grosso, comandou as tropas brasileiras na guerra do Paraguai. Como se sabe, no Império, o Brasil se compunha de províncias e não de estados, e quem as governava tinha o cargo de presidente e não de governador. Pois bem, Couto de Magalhães foi presidente de Mato Grosso, São Paulo e Pará. Ele não tinha, em princípio, qualquer motivo para simpatizar com os índios e compartilhava de todos os preconceitos de que falamos. No entanto, quando viajou ao Pará, no barco ouviu um índio contando histórias, durante horas, para uma platéia atenta de tripulantes, que ria e participava ativamente. Curioso, Couto de Magalhães se aproximou e ouviu que falavam uma língua que não entendia: o nheengatu. Decidiu então aprender essa língua, só para conhecer as histórias. Ficou apaixonado com a beleza da literatura indígena, que considerava de primeiríssima qualidade, equiparando-a à literatura grega. Recolheu e registrou muitas histórias, como aquelas que têm por personagem o jabuti. Essas narrativas tinham na verdade a função educativa, de transmitir valores e formas de comportamento. Couto de Magalhães comentou, em inteligente observação, que um povo cuja literatura tem um personagem como o jabuti, lento e fêlo, que consegue vencer animais belos e fortes como a onça e o jacaré, só usando a astúcia, é um povo que tem civilização "para dar e vender". "Um povo que ensina que a inteligência vence a força, é um povo altamente civilizado é um povo altamente sofisticado", afirma.



Aquarela de Frederico Haverkamp, 1890, intitulada "Índio em rede", no acervo do Museu Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: www.museunacional.gov.br/exposicoes/indigenas/indigenas.html. Acesso em: 10/05/2014.

Muitos recolheram narrativas, que infelizmente não constam ainda do nosso currículo escolar, o que faz com que os estudantes e a população brasileira ignorem esse patrimônio cultural da humanidade, que é a nossa literatura indígena.

Terceiro equívoco: culturas congeladas

O terceiro equívoco é a ideia do "congelamento" das culturas indígenas. Criou-se para a maioria dos brasileiros a imagem de como deveria ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, como descrito desde *Peró Vaz de Caminha*. Essa imagem foi "congelada", persistindo até hoje. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: "Ah! Não é mais índio". Para essas pessoas, o "índio autêntico" é o da carta do Caminha e não aquele índio de carne e osso que conosco convive, que está hoje no meio de nós.

Para impedir a demarcação das terras indígenas e reforçar preconceitos, diz-se: "esses aí não são mais índios, já estão de calça e camisa, de óculos e relógios, e falando português, não são mais índios". Cria-se uma nova

categoria, desconhecida pela etnologia: os ex-índios. Aliás, isto acontece com todos nós. O uso de jeans, tão corrente no Brasil, não foi inventado por nenhum brasileiro. A forma de construir em concreto armado também não é técnica brasileira. A tecnologia do telefone celular e do computador não é brasileira, enfim, toda essa parafernália que usamos – os milhares de itens culturais presentes no nosso cotidiano – não tem necessariamente suas raízes em solo brasileiro.

Então, o brasileiro pode usar coisas produzidas por outros povos – computador, telefone, televisão, relógio, rádio, aparelho de som, luz elétrica, água encanada – e nem por isso deixa de ser brasileiro. Mas o índio, se

fizer o mesmo, deixa de ser índio? Quer dizer, nós não concedemos às culturas indígenas aquilo que queremos para a nossa: o direito de entrar em contato com outras culturas e de, como consequência desse contato, mudar.

Quarto equívoco: os índios fazem parte do passado

O quarto equívoco consiste em pensar que os índios fazem parte apenas do passado do Brasil. Num texto de 1997 sobre a biodiversidade, vista do ponto de vista de um índio, Jorge Terena escreveu que uma das consequências mais graves do colonialismo foi justamente taxar de "primitivas" as culturas indígenas, considerando-as como obstáculo à modernidade e ao progresso:

*(Eles) vêem a tradição viva como **primitiva**, porque não segue o paradigma ocidental. Assim, os costumes e as tradições, mesmo sendo adequados para a sobrevivência, deixam de ser considerados como estratégia de futuro, porque são ou estão no passado. Tudo aquilo que não é do âmbito do Ocidente é considerado do **passado**, desenvolvendo uma noção equivocada em relação aos povos tradicionais, sobre o seu espaço na história.*

Os índios, é verdade, estão enclavados no nosso passado, mas integram o Brasil moderno, e não é possível imaginar o Brasil no futuro sem a riqueza das culturas indígenas. Se isto por acaso ocorresse, o país ficaria pobre, muito pobre, e feio, muito feio.

O quinto equívoco: o brasileiro não é índio

Por último, o quinto equívoco é o brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade. Há 500 anos não existia no planeta Terra o povo brasileiro. Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos com a contribuição, entre outras, de três grandes matrizes: as européias, assim no plural, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, franceses, italianos, alemães, poloneses, etc.; as africanas, também no plural, da qual participaram diferentes povos como os sudaneses, yorubás, nagôs, gegês, ewes, haussá, bantos e



tantos outros.

Finalmente, as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruák, o jê, o tukano e muitos outros. Depois, as migrações de outros povos como os japoneses, os sírio-libaneses, os turcos, vieram enriquecer ainda mais a nossa cultura. No entanto, como os europeus dominaram política e militarmente os demais povos, a tendência do brasileiro, hoje, é se identificar apenas com o vencedor – a matriz européia – ignorando as culturas africanas e indígenas. Isso reduz e empobrece o Brasil, porque acaba apresentando aquilo que é apenas *uma parte*, como se fosse *o todo*.

O índio, no entanto, permanece vivo dentro de cada um de nós, mesmo que não saibamos disso. Não é uma questão genética, é uma questão cultural. Quando aquele descendente de alemão lá de Santa Catarina, louro e de olhos azuis, começa a rir – como é que vai rir? De quê vai rir? Na hora de sentir medo – vai sentir medo de quê? De onde saem seus fantasmas? Com quem sonha? Ao fazer suas opções de culinária, música, dança, poesia, de onde saem os critérios de seleção? É aí que afloram as heranças culturais, incluindo as indígenas e as negras.

No entanto, se não vemos os índios e os negros como antepassados, é porque acabamos por assumir a identidade veiculada pela ideologia dominante, que reivindica apenas a matriz européia, que nos deu a base da língua que falamos e marcou inapelavelmente nossa cultura, e da qual temos motivos para nos orgulhar. No entanto, precisamos também conhecer e ter orgulho da contribuição das culturas indígenas e das diferentes culturas africanas que marcaram a nossa forma de ser.

Esses não são os únicos equívocos que cometemos em relação aos nossos índios e a nós mesmos, mas talvez sejam aqueles que mereçam urgentemente ser discutidos e reconsiderados.

José Ribamar Bessa Freire
Professor da Faculdade de Educação / UERJ
Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas / UERJ
Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social / UNIRIO

Leituras sugeridas

- FREIRE, J.R. Bessa. *Cinco idéias equivocadas sobre o índio*. In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), N.º 01 – setembro 2000, p.17-33. Manaus – Amazonas.
- FREIRE, J.R. Bessa. "A herança cultural indígena: quem são os herdeiros?" In CONDURU, R. e SIQUEIRA, V. B. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius / Faperj. 2003.



Prof. Bessa Freire com participantes do I Encontro



Eliane Potiguara e Daniel Munduruku

Literatura Indígena: I Encontro da UERJ com escritores indígenas

A literatura indígena brasileira vive crescimento bastante significativo desde 1990. Álvaro Tucano, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Cristino Wapixana e outros participaram do Encontro para discutir a demanda da sociedade em inserir as culturas indígenas nos programas escolares. Questionamentos surgidos: Teria a literatura escrita por autores indígenas "congelado" a oralidade? Estaria ela correndo risco de se perder? Como os autores vêem este processo?

Evento promovido pelo Programa de Estudo dos Povos Indígenas – Pró-Índio – Tel.: 21.2587-7876 (tarde)
www.proindio.uerj.br e proindio@oft.uerj.br.

ESTADO, SOCIEDADE E QUESTÃO INDÍGENA

Neste ano de 2008 completam-se 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, que representa um marco histórico no reconhecimento público dos direitos vitais para o presente e o futuro dos povos indígenas. Terão os índios sobreviventes das 220 etnias que milenarmente ocupam o território, hoje brasileiro, algo a celebrar nesse aniversário?

A partir do noticiário recente, parece que pouco ou nada haveria a comemorar. Ao contrário, sobriariam razões para se lamentar. Afinal, não faltam evidências quanto às ameaças de anulação dos direitos conquistados pelos povos indígenas após séculos de genocídio e etnocídio. Estima-se em seis milhões o número de indígenas que habitavam as terras brasileiras em 1500. Esta população foi drasticamente reduzida para menos de 500 mil vivendo em aldeias nos dias atuais.

O catastrófico declínio demográfico desta população só viria a confirmar o "sucesso" de um "projeto de sociedade" capitaneado pelo Estado, dos tempos coloniais aos tempos republicanos, norteado de modo mais explícito ou implícito por uma tese-guia: o índio enquanto um ser destinado ao desaparecimento...

Nas últimas décadas, contudo, os povos indígenas apresentam significativo e bem-vindo crescimento populacional – "segundo o IBGE, há 734 mil índios no país (população que cresce cerca de 4% ao ano), representantes de 220 povos e que falam 180 línguas" –, não sendo mera coincidência que esse fenômeno demográfico ocorra simultaneamente à institucionalização de um novo ideário a partir da Constituição Federal de 1988: o índio é um ser detentor de direitos e de futuro.

A essa nova realidade se sobrepõe em estado de atrito, a anterior mentalidade social calcada na ignorância e em preconceitos secularmente acumulados sobre os índios, cuja reativação serve como meio



de persuasão coletiva e de voz em defesa dos interesses de agentes públicos e/ou privados que historicamente lucraram com a usurpação/negação dos direitos dos povos originariamente detentores do atual território brasileiro.

Conflitos regionais relacionados às disputas de terras entre comunidades indígenas e um grupo de latifundiários, como ocorre na terra Raposa Serra do Sol, em Roraima, ou incidentes pontuais como a reação exacerbada de um índio desferindo golpes de facão contra um engenheiro de uma hidrelétrica no Pará são exemplos emblemáticos de "casos" amplamente difundidos e repetidos pela mídia, acionando a reedição e a recepção de velhos e novos estereótipos sobre os índios no imaginário nacional.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos observou que, nos dias de hoje, nosso país "atravessa um período alto de judicialização da política"; baseando-se na tradição brasileira de se delegar ao Poder Judiciário a "arbitragem" de conflitos de origem social que tanto o Governo quanto o Congresso "não querem ou não podem resolver". Vale relembrar a declaração de um ex-presidente da República, no início do século passado, definindo a "questão social" como uma "questão de polícia"...

Na presente conjuntura, contendas judiciais relacionadas à legitimidade dos direitos dos índios têm-se

feito acompanhar da espetacularização midiática da questão indígena. A difusão de informações truncadas e/ou descontextualizadas, associada à evocação de imagens de forte apelo emocional, corrobora com grande eficácia para o reforçar representações caricaturais dos povos indígenas, longamente enraizadas e cultivadas no imaginário nacional, realimentando-se desse modo a cadeia inconsciente de preconceitos que se renovam na dita "consciência nacional".

Conseqüentemente, uma opinião pública lastreada por séculos de ignorância sobre os índios tenderá em larga escala a emitir juízos de valor pautados por sua alienação e pelo estranhamento cultural com o diferente.

Há fortes indícios da instauração de um "tribunal" para julgamento dos índios também na esfera do senso comum que, à moda de um grande júri popular, opina e sentencia, norteando-se pelos autos de um processo calcado no desconhecimento das culturas indígenas e na ótica fragmentária e reificadora dos meios de comunicação.

À re-atualização de remotos estigmas, e à insinuação de novos que retratam os índios como "selvagens", "ingênuos", "impunes", "aculturados", "megalatifundiários", "desmatadores", "obstáculos ao progresso", "indolentes" e "improdutivos"... se articula a projeção da "integração" dos povos indígenas à sociedade nacional – como vem sendo propalado pelo discurso da mídia. Essa perspectiva "integradora" se traduz como variante do velho e mimético projeto de "limpeza étnica" que antevê um futuro "sem índios".

Entretanto, afirma-se que 75% da biodiversidade do planeta se encontram em territórios indígenas nas Américas, África, Ásia e Oceania, e que aos seus povos se deve a preservação desse inestimável patrimônio.



O respeito aos direitos dos povos indígenas, proclamados pela Constituição Federal de 1988, certamente é hoje uma salvaguarda de futuro para todos os brasileiros, desde que aprendam a fazer escolhas adequadas ao bem comum, como os índios o fazem. Mas é preciso que, antes de tudo, superemos a ignorância e o preconceito, fazendo bom uso da inteligência.

Paulo Roberto Bahiense
Professor da Seeduc/RJ
Educação Escolar Indígena

Fotos: Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, Bracul – Angra dos Reis

Consulte: www.socioambiental.org

RAPOSA VELHA E A SERRA DO GRANDE SOL

Terra dos deuses *Makunaima*, *Mauari*, *Maruai*, *Insikiran*, *Anikê*, da *Cruviana*¹, dos cavalos selvagens que correm soltos ao léu. Dos resistentes *caimbês*² que nem o poderoso fogo conseguiu destruir. Dos frondosos buritizeiros que fazem caminhos indicando água aos viajantes e dão abrigo e alimento a pássaros, e morada às orquídeas raras. Das belas paisagens de águas cristalinas e cachoeiras espalhadas pelas serras e planícies do exuberante lavrado³ que há milhares de anos abriga a vegetação e os animais.



Terra onde variados povos indígenas, de culturas diversas, conviveram por centenas de anos – mesmo com brigas por mais espaço ou roubo de mulheres de outro povo.

Terra do grande *Kamuu*⁴ que os bravos guerreiros *Wapixana*⁵ veneravam uma vez ao ano, quando vestiam seus mais belos trajes: saias de fibras de buriti, pinturas corporais e adornos, como colares e amuletos. Escolhiam suas melhores armas e caminhavam na direção ao



nascente, levando consigo o melhor da safra das roças para fazer oferendas ao grande *Kamuu* e a *Tuminkoer*, criador de todas as coisas, em agradecimento à vida e à abundância.

Terra que acolheu os valentes *Macuxis*⁶, vindos do Caribe, após a invasão dos espanhóis *karewa*⁷, oriundos do "mundo civilizado".

Terra que aceitou os pequenos fazendeiros que humildemente pediram um pedaço dela aos líderes indígenas, para criar suas poucas cabeças de gado.

Terra que aceitou os "santos" padres beneditinos, os pesquisadores, antropólogos e tantos outros "ólogos" que registraram ritos, lendas, modo de vida e até colheram amostras de sangue, para ver o que seriam essas criaturas parecidas com "gente".

Enfim, terra que durante os últimos cinco séculos tem presenciado e sentido as mudanças climáticas, o desaparecimento de espécimes animais e vegetais e a perda acelerada das tradições indígenas, como também o massacre que estes povos de arco e flecha têm continuamente sofrido. Todas essas alterações aconteceram pela aparição de tantos "civilizados" naquelas terras de pasto natural. Em suas bagagens trouxeram o "progresso". Com ele também a pólvora, o chicote, suas leis e o "capitalismo."

No início do século XX, fazendeiros que gastavam apenas fósforo para renovar o capim milagroso, começaram a exportar seus rebanhos aos milhares, por terra, água e ar.

Os "amigos-da-onça", agora poderosos, logo trataram de contratar jagunços armados até os dentes para vigiar "suas" terras cercadas, e tudo isso em nome do tal progresso.

Os "selvagens preguiçosos desculturados" foram confinados em pequenos pedaços de terra. Os rios e lagos pertenciam às grandes propriedades cercadas por arame farpado e vigiadas por homens impleadosos que normalmente vinham dos estados nordestinos para manter a "ordem e o progresso". Quem ousasse fazer barulho, os "homens de visão" logo o puniam. A pena variava desde advertência física até...

O "progresso" também trouxe entre outras coisas, a Igreja Católica Apostólica Romana que chegou para fazer o trabalho salvador. Não se sabe por que, abençoavam primeiro as senhoras e as moças, depois os "senhores do desenvolvimento" nas capelas particulares em suas fazendas. Depois visitavam vilas e, por último, as aldeias.

Insatisfeitos com as invasões e crueldades que sofriam, os indígenas reclamaram às autoridades da "justiça" para que intervissem nas questões.

O governo federal "sensível" aos lamentos indígenas, teve uma "excelente idéia"! Criou o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, hoje Funai – Fundação Nacional do Índio. Como eram povos totalmente diferentes, não falavam nem entendiam as leis brasileiras, e o governo perderia muito tempo em preparar intérpretes, resolveu "sabiamente" declarar a "incapacidade" do índio de gerenciar sua própria vida, eles que há milênios povoavam aquela terra.

Com a saída dos beneditinos, esmerados na fé, em 1948, vieram os carmelitas para dar continuidade ao trabalho "santo". Logo em 1949, fundaram a Missão Surumu, a 200 km de Boa Vista. Ao contrário dos beneditinos, que registraram boa parte dos mitos, ritos e língua de alguns povos, os carmelitas ignoraram esses registros. Sua missão era catequizar. Consideravam os indígenas "caboclos a caminho da civilização", desrespeitando toda bagagem cultural de cada povo presente naquela região. Somente entre 1969 e 1970 descobriram que esses "caboclos" falavam umas "gírias" diferentes e que tinham costumes e outras formas de ver e viver a vida! Enfim, apareceu um provável aliado às causas indígenas.

Os fazendeiros que diziam: "quem tem gado, tem direito à terra", começaram a enfrentar problemas, primeiro porque os padres deixaram de fazer as missas particulares e deram mais atenção às aldeias.

A partir de 1970, os índios iniciaram uma reviravolta. Os carmelitas organizaram cursos, reuniões e assembleias com as lideranças indígenas e outras iniciativas que, claro, permitisse um mais forte anúncio do evangelho. Deste período até hoje, houve grande avanço dos povos indígenas. Foram criadas organizações indígenas fortes que discutem sobre educação diferenciada, saúde, terra. Os líderes começaram a enviar os filhos para estudar e conhecer as leis e reivindicar seus direitos.

Mas ao aparecerem os garimpeiros, vendedores, políticos, arroteiros, Ongs, antropólogos, sociólogos, militares e tantos outros... a batalha tomou outras dimensões. E o que tinham em comum era o interesse no "desenvolvimento".



Lagoa Caracará, em terras Macuxi

Os militares, presentes na região há muito tempo, hoje falam de soberania e patriotismo. A nação brasileira é "soberana", e não podem existir "nações indígenas", como se autodenominam estes povos. Nação tem territórios definidos... Esqueceram que os povos indígenas são auto-suficientes e tinham territórios próprios. Mesmo assim, existem três destacamentos militares dentro da reserva "Raposa Serra do Sol" e, na década de 90, houve treinamentos militares nesta área, com helicópteros, tanques, *parafal*, etc. Os demais aventureiros foram chegando e trouxeram suas mazelas, sendo a bebida alcoólica apenas uma delas. Os políticos também usam desse conflito na Raposa Serra do Sol durante as campanhas eleitorais para serem eleitos ou reeleitos.

Os rizicultores não entraram inocentemente nessa história. Receberam apoio dos políticos locais que lhes davam garantias de que seriam "incentivados" e teriam privilégios se investissem no Estado. Como "civilizados capitalistas", no mínimo sabiam dos riscos de estarem em áreas pertencentes à União, ocupadas anteriormente por indígenas.

Nos anos 1980, quando o governo federal solicitou ao governo estadual averiguasse a terra solicitada pelos indígenas, o governador de então designou um de seus motoristas para "tecnicamente" analisar o problema, daí resultando a "Inocente" homologação federal dos limites.

A questão tomou proporção descontrolada, começaram as discussões por todos os segmentos, disseminando-se o caos: "Os índios vão tomar conta de Roraima", disseram alguns políticos e a população de Roraima. Assim, o "vilão" passou a ser o índio, embora o Art. 231 da Constituição afirme claramente: "São reconhecidos aos índios... direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam (direito de morar), competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Mas a população civilizada, em sua maioria, não tem a Constituição em seus lares e quem a tem, não a lê. Esses bens são organização social, costumes, línguas, crenças e tradições! Os recursos hídricos e do subsolo pertencem à União e só podem ser "aproveitados com a autorização do Congresso Nacional". A retirada dos indígenas pode acontecer

somente se houver catástrofe ou epidemia, ou "interesse da soberania do país". Portanto, a terra não pertence aos indígenas e sim à União! O fato é que existem muitos minerais na região e os interesses são múltiplos. Desde 1996, o projeto que trata da exploração mineral em terras ditas indígenas tramita no Congresso. Indígenas já morreram ou derramaram sangue, outros foram presos e vários respondem a processos criminais. Enquanto indígenas lutam contra indígenas, contra rizicultores e "brasileiros", as Ongs, políticos, empresários, religiosos e interessados fincam seus marcos naquela terra. E as grandes mineradoras, de que ninguém ouve falar, apenas esperam o *grand*



Uma das belas paisagens da Reserva

finale, para retirarem o que realmente importa para eles. Se o Governo Federal cumprisse o que está na Carta Magna, já teria economizado alguns milhões e finalizado a questão.



Índios Wapixana, na atualidade. Foto: Funes

...uma terra indígena não é tão somente o espaço de sua sobrevivência física imediata, mas um espaço culturalizado por gerações anteriores, destinado à presença permanente de um povo e para as gerações subseqüentes, bem assim para o futuro do país...

Mércio Pereira Gomes



Índios Wapixana, 1905. Foto: George Huebner

A meu ver não existe preocupação real com os povos indígenas que a duras penas continuam a preservar a natureza, a criar seus filhos e a manter o "céu suspenso"⁸. O mundo se auto-destruirá quando o último guerreiro indígena morrer...

Cristino Wapixana

Vice-coordenador do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas - Nearin
Candidato ao Prêmio da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República - 2008
cristinowapixana@yahoo.com.br

Glossário

¹ Cruviana - deusa do vento

² Calimbês - árvore de até 15m, que existe na Amazônia

³ Lavrado - vegetação de planície semelhante à do cerrado

⁴ Kamuu - Sol

⁵ Wapixanas - índios de origem Arawak (arauaque), que vivem ao norte e a leste de Roraima, divisa com a Guiana (Inglesa) e nela própria. Têm aproximadamente 8 mil pessoas, e mantêm viva sua cultura através de danças e comidas.

⁶ Macuxis - índios de origem Karib, que vivem em várias partes do estado de Roraima. Têm aproximadamente 18 mil pessoas e lutam há mais de 20 anos pela demarcação de suas terras.

⁷ Karaiwas - (caralbas) designação dada aos conquistadores europeus.

⁸ Céu suspenso - crença de alguns povos indígenas de que os pajés, as danças e as músicas não deixam o céu cair...

Consulte: <http://pt.wikipedia.org>; nova.unicamp.br; alerta.inf.br; socioambiental.org; cimi.org.br; cir.org.br

www.youtube.com/watch?v=ytsLaHieLF8; www.verbonet.com.br/conteudo/article.php; <http://www.cornelioweb.com.br/>

SEDUZINDO LEITORES: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS

Aprendizado difícil e lento, a leitura necessita de incentivos que levem a uma prática, solitária por excelência, e que conduza não só ao maior conhecimento da língua e dos diversos ramos do saber, mas também a momentos de prazer intelectual. Como passar essa experiência aos que nos são próximos é preocupação constante dos que acreditam no valor da leitura como formadora do caráter, impulsionadora da imaginação, agente propulsora da reflexão, do questionamento e da crítica.

Nas palavras de Paulo Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra (...). A velha casa, seu quarto, seu corredor, seu sótão, seu terraço – o sítio das aventuras de minha mãe –, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engativei, balbucei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os "textos", as "palavras", as "letras" daquele contexto (...) se encarnaram numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia apreendendo no meu trato com eles nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais. (...) A decifração da palavra fluiu naturalmente da "leitura" do mundo particular. (...) Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz.

Refletamos inicialmente sobre o que é ler. A conceituação é ampla: ler é "ver o que está escrito", "interpretar por meio da leitura", "decifrar", "compreender o que está escondido por um sinal exterior", "descobrir", "tomar conhecimento do conteúdo de um texto pela leitura". Todas elas induzem a existência de um leitor, de um código e de um autor. Pelo código linguístico, o autor comunica-se, em qualquer tempo e espaço, com o leitor. Esse código é normalmente representado pelo texto. Por isso, para saber o que é ler, temos que saber, antes de mais nada, o que é um texto e o que é compreendê-lo.

Texto, do latim *textus*, significa "tecido", "trama", "encadeamento de uma narração" etc. De *texere*, tecer. Um texto é portanto algo acabado, uma obra tecida, um complexo harmonioso. Dizemos que ler, no sentido profundo resulta da tensão entre leitor e texto, um esforço de comunicação entre o escritor, que elaborou, escreveu e teve impresso seu pensamento, e o leitor, que se interessou e leu o texto. Por isso, a leitura é atividade individual, e só quando direta, sem intermediário, é leitura verdadeira: a leitura silenciosa mobiliza toda a capacidade da pessoa, sendo atividade quase tão criadora como escrever.

Mas o que é hábito? Os dicionários definem *hábito* "disposição duradoura, adquirida pela repetição freqüente de um ato, uso, costume". Duas palavras sobressaem: *duradoura* e *adquirida*. Os hábitos se formam muito cedo. É possível paralelizar dois hábitos fundamentais: o alimentar e o da leitura. A criança comerá o que a sua família ou grupo social comer. Até mesmo no mal-nutrido Terceiro Mundo isso é real. A criança com fome pode rejeitar o alimento não habitual.

Não se pode chamar de hábito de leitura uma ligeira visita a esse ou aquele livro. Da mesma forma, conclui-se que não se nasce com o gene da leitura. A leitura é dado cultural: o homem poderia viver sem ela e, por séculos, isso aconteceu. Mas, depois que os sons foram transformados em sinais gráficos, a humanidade, enriqueceu-se culturalmente. Surgiu a possibilidade de guardar o conhecimento adquirido e transmiti-lo. Assim, tornou-se cada vez mais importante saber ler. Não apenas decifrar o código escrito, mas discuti-lo, contestá-lo ou aceitá-lo e construir pensamento próprio.

Não sendo ato instintivo, e sim *hábito* adquirido, é preciso desde o início que se dê ao aprendiz o objeto a ser lido, respeitando o seu nível de aprendizado. Daí a divisão em faixas de interesse ou etária, normalmente usada. Daí existir a *literatura infantil e juvenil*.



Do site de Ana M. Machado

Mas, por que literatura e não cartilhas ou manuais? Acreditamos que a ficção é indicada quando se trata da criação do hábito de leitura, devido ao interesse que suscita, falando à imaginação e à sensibilidade e, mesmo sem compromisso com a realidade, refere-se continuamente a ela.

Na ficção, a criança encontra, além de diversão, certos conflitos que a afligem resolvidos satisfatoriamente; percebe formas de comportamento social que pode apreender e usar, informações sobre as pessoas em lugares distantes, descobrindo que existem modos de vida diferentes do seu.

Pesquisas demonstram que as histórias favoritas das crianças refletem os conflitos emocionais e as fantasias particulares que experimentam na vida. A criança se identifica com personagens, o que pode ajudá-la a resolver seus problemas.

A literatura dá visão de conjunto, atende à curiosidade infantil e chega a reunir disciplinas que compõem o leque do aprendizado. A obra literária não tem obrigação didática, mas a escola pode e deve utilizar os livros de ficção para complementar, introduzir ou aprofundar conceitos curriculares.

A leitura tanto deve ser *hábito*, quanto fonte de prazer, e não atividade obrigatória, cercada de ameaças e castigos e encarada como imposição do mundo adulto. Para se ler, é preciso gostar de ler. Assim, a leitura deve ser sugerida o mais cedo possível. A família é o primeiro incentivo à criança: o adulto que pega a criança no colo e a embala com cantigas tradicionais, que com ela brinca

usando as histórias, adivinhações, rimas e expressões de nosso folclore, que folheia uma revista ou um livro, buscando figuras conhecidas e pergunta o nome delas, está colaborando para uma atitude positiva diante da leitura.

Pais e filhos podem partilhar experiências prazerosas no mundo dos livros. Numa casa onde os pais gostam de ler, mesmo que não disponham de boa biblioteca, a criança cresce valorizando aqueles objetos cheios de sinais que conseguem prender a atenção das pessoas por tanto tempo. A criança percebe, desde cedo, que livro é uma coisa boa, que dá prazer. Ao conversar com os filhos, os pais os estarão preparando para explorar verbalmente o mundo. O som das palavras é muito importante: as cantigas de ninar, as rimas, antigas brincadeiras de "dedo mindinho, seu vizinho", o ritmo e a melodia das frases ajudam o bebê a identificar ou perceber significados, e a expressar-se, usando o mesmo código. É falando e ouvindo em situações de prazer que a criança adquire o gosto pela linguagem, que vai lhe servir de base para desejar ouvir histórias, ver e ler livros.

Para um bebê que vê alguém folheando, o livro é cor, formas, papel e som. Mais tarde, as formas se tornam objetos ou sons familiares e reconhecíveis: "bola", "carro", "miau". Depois, a criança passa a paginar sozinha, reconhece, identifica e nomeia os objetos. Mais tarde, monta histórias a partir das figuras, acabando por incluir-se nelas como participante.

Os livros passam a fazer parte de um mundo muito especial, onde a fantasia se apresenta de maneira diversa e fascinante, por palavras e desenhos. Olhando as figuras impressas, a criança reconhece coisas familiares e se expressa verbalmente. Os livros ajudam a perceber que palavras e imagens são representações do mundo. Ela reconhece os objetos desenhados antes do 2.º ano de vida. Assim, por muito tempo desejará olhar as figuras que falam dela e do seu mundo, começando a gostar dos livros.

As histórias lidas somam-se as inventadas, fazendo parte de um mundo onde realidade e imaginação se completam. Os livros propiciam o prazer de imaginar coisas. De histórias simples, a criança reconhece e interpreta sua experiência da vida real. Histórias que começam com "era uma vez" e terminam com "viveram felizes para sempre" transformam coisas que podiam ser assustadoras em finais felizes.

A hora de "curtir" um livro juntos é a hora de partilhar: histórias curtas, com palavras fáceis de ler e entender, com imagens das personagens e ações que façam rir de verdade, e pensar em coisas novas, que informem, e permitam brincar com as mãos, olhos e ouvidos. O importante é que não haja pressa, respeitando pausas, perguntas e comentários naturais que a narrativa possa despertar, tanto em quem lê quanto em quem ouve.



Sobre a noção de tempo narrativa Italo Calvino, in *Seis propostas para o próximo milênio* (Cia. das Letras, 1990) diz:

A arte que permite a Sherazade salvar sua vida a cada noite está no saber encadear uma história à outra, interrompendo-a no momento exato: duas operações sobre a continuidade e a descontinuidade do tempo. É um segredo de ritmo, uma forma de capturar o tempo que podemos reconhecer desde suas origens: a poesia épica por causa da métrica do verso, na narrativa em prosa pelas diversas maneiras de manter aceso o desejo de se ouvir o resto.

Para a criança, toda figura conta uma história. Quando começa a ler histórias em vez de inventar alguma coisa, a partir das figuras? Não existe hora certa. Algumas crianças gostam de ouvir mesmo sem entender muito bem, prendendo-se ao som e ao ritmo das palavras, aos detalhes das figuras, à proximidade do corpo e da voz de quem conta a história. Outras são inquietas, fazem mil perguntas, têm pressa, tentam virar logo as páginas, pedem outro livro antes de terminar o primeiro. São comportamentos típicos de crianças que ouvem histórias e é preciso que os pais

compreendam as necessidades de cada momento e sigam adiante. Os livros que foram lidos quando a criança tinha um ano e meio ainda terão vez quando ela chegar aos quatro, pois o significado fica mais claro cada vez que a história é repetida. O mais importante é dar-lhe sempre a oportunidade de demonstrar as preferências dentre as contadas.

A aquisição de sistemas simbólicos é muito rápida. Também aprendem ou sentem necessidade de obter informações não explícitas, próprias da leitura; o julgamento de valores em sua própria cultura, o que é perigoso ou não, o que é belo ou não, o que é comum ou extraordinário.

Toda história é uma experiência nova. As tradicionais, em versões simplificadas, são ótimas para começar, como também os livros sem texto ou os que usam rimas. No começo a criança pode estranhar esta ou aquela palavra, mas logo memoriza as histórias, a ponto de contá-las sozinha ou de corrigir quem estiver contando. Costuma pedir para repetir as mesmas histórias e gosta de ouvir contar da mesma maneira. As frases chavões (era uma vez, foram felizes para sempre etc.), os textos rimados, as canções ajudam no reconhecimento das palavras.

O acesso à linguagem escrita supõe avanço na possibilidade de simbolizar a realidade. Muitos pais, professores e pedagogos se perguntam se os contos de fadas não são assustadores. Existe tendência a abrandar passagens violentas, ou eliminar lobos maus e bruxas. Mas bruxas, gigantes, anões e lobos continuam a exercer fascínio muito grande sobre a criança. Ela pede histórias desse tipo e gosta de enfrentar e vencer o susto, para que entre em contato e explore os aspectos sombrios da vida. Sentindo o aconchego dos pais, a criança pode ouvir histórias sobre gente má, e perceberá que a vida nem sempre é boa e tranquila. Histórias assim podem ajudá-la a lidar com sentimentos fortes, como o medo, protegida pela proximidade do adulto. Da mesma forma, acontecimentos familiares descritos têm importância muito grande, porque a criança precisa saber que outros vivem experiências semelhantes às suas. Como no reino da fantasia tudo é possível, as crianças pequenas aceitam com naturalidade histórias impossíveis, vividas por bichos ou pessoas. Tudo o que é fantástico alimenta a imaginação e entra no seu mundo, onde os limites entre o real e o imaginário ainda serão estabelecidos.

O amor pelos livros não aparece de repente. É preciso ajudar a criança a descobrir o que podem oferecer. Cada livro traz uma ideia nova, ajuda a fazer uma descoberta importante e amplia o seu horizonte. Aos poucos ela ganha intimidade com o objeto-livro. À criança se deve ensinar o cuidado com os livros, sem que eles sejam tirados do seu alcance, pois é importante que ela possa manusear e ter contato com o objeto do seu interesse.

Uma coisa é certa: as histórias que os pais contam e os livros que pais e filhos vêem juntos formam a base do interesse em aprender a ler e gostar dos livros. Pais que lêem e que já têm o hábito de leitura desenvolvido, podem estar certos que os filhos serão bons leitores. Sabemos, no entanto, que aqui são minoria. Por motivos diversos, a maioria de nossa população não lê. O contexto familiar brasileiro contém demonstrar ser difícil a formação do hábito de ler. Assim, a escola toma-se o local possível, não o ideal – dado o seu caráter obrigatório –, onde se pode levar a criança ou o jovem ao hábito de ler.

Antes de tudo, a leitura se trata de um ato individual, voluntário e interior, pertencente a cada uma das crianças. Isto não significa, entretanto, que uma turma não deva funcionar organizada e coletivamente, para que elas percorram os diferentes estágios de desenvolvimento de leitura até se tornarem leitores críticos. Nem significa, tampouco, que o adulto seja o único responsável pelo processo. Mas, a partir da entrada da criança no grupo, ele desempenha o papel mais importante – o de ensiná-la a gostar de ler.

Os escritores de livros infantis costumam dizer em entrevistas e trabalhos que não escrevem visando a um público predeterminado. Eles simplesmente escrevem: colocam na folha de papel seus sentimentos, suas experiências, seus pensamentos. Na hora de escrever, não sabem se o seu futuro leitor tem 8 ou 80 anos.

Mas escrever para crianças exige mais: vocabulário adequado a quem começa a ler e tema de interesse para o jovem leitor. Além disso, na produção de um bom livro infantil é preciso considerar a importância da ilustração, a beleza da capa, o tamanho do livro e das letras. Também adultos, especialmente pais e professores que costumam contar histórias, ficam curiosos e se emocionam com uma boa história, pois qualquer livro bem escrito acrescenta algo ao leitor ou ouvinte. E o bom leitor gosta de aprender pela vida afora. Além do mais, só quem gosta de ler consegue transmitir o gosto pela leitura.

Os primeiros livros têm grandes imagens e frases, quase legendas em tipos grandes para aqueles que se iniciam na leitura. A rima é especialmente querida. A compreensão ou "leitura" das imagens dos livros sem texto ou dos álbuns ilustrados dá-se hoje muito rapidamente. As histórias em quadrinhos e a televisão, além da publicidade aí veiculada, ajudam muito nesse aspecto. Muitas vezes as crianças percebem mais rapidamente que o adulto o significado dos desenhos.

Para os que já dominam bem o código, essa proporção entre a linguagem pictórica e a escrita já é mais equilibrada, podendo a narrativa estender-se, os personagens assumir a função de protagonistas da história, que deve ser lúdica, divertida, em linguagem coloquial, que já faça parte do vocabulário desse leitor.

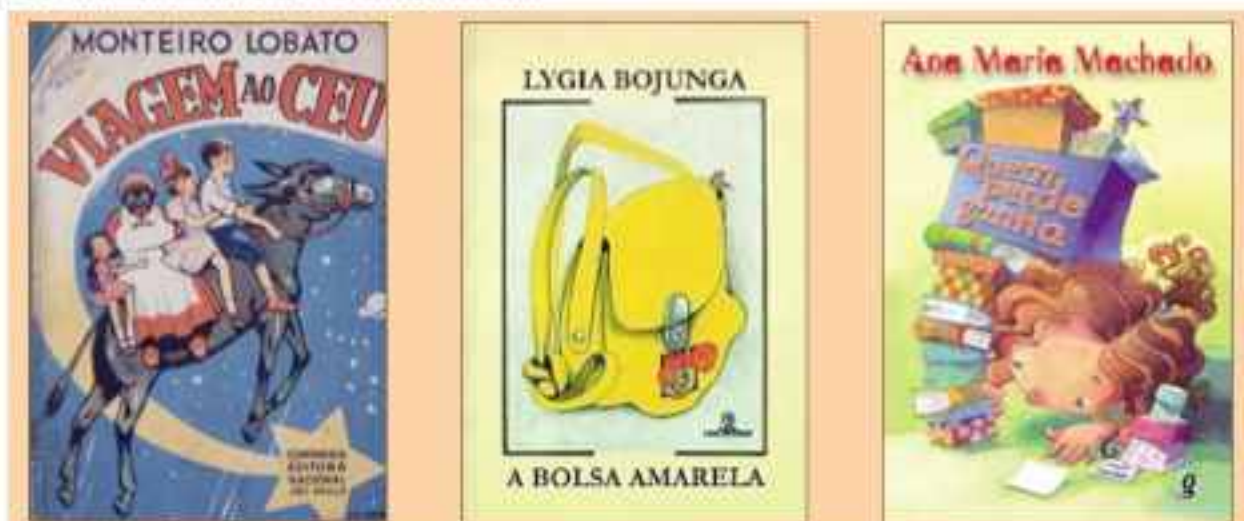
A adequação do livro ao nível da capacidade de leitura e do interesse do jovem leitor é uma das dificuldades que só a experiência, o contato com livros e com esses possíveis leitores podem ensinar. Se para a criança pequenina a imagem é um dado facilitador, personagens conhecidos da vida cotidiana são os mais interessantes, contos de fadas com sua abordagem simbólica dos conflitos interiores são os preferidos e mesmo necessários, como nos mostra Bruno Bettelheim em *A psicanálise dos contos de fadas* (ed. Paz e Terra). Há ainda outros fatores que podem ajudar na escolha do livro, segundo a idade do leitor.

O professor pode observar e registrar comportamentos em relação aos livros, à medida que estes forem apresentados e usados pelos jovens, lembrando-se de que é preciso expô-los à atenção da leitura em situações de prazer. A observação e o registro dos diferentes níveis de leitura da turma, por meio de comentários sobre livros lidos, perguntas bem orientadas, e leitura em voz alta serão meios eficientes para a avaliação. Aos poucos ele vai descobrindo interesses e preferências em seus alunos, conhecendo e cultivando os livros cuja leitura poderá propor. Outra questão importante é que seu trabalho seja planejado de acordo com as reais possibilidades da escola: existe biblioteca escolar ou condição de formar coleções para usar na sala de aula? Há uma biblioteca

pública por perto? A biblioteca é o lugar por excelência onde as crianças podem testar os livros, sem intenções utilitárias ou estritamente pedagógicas.

A literatura brasileira para crianças e jovens é hoje especialmente rica. O fato de duas de nossas autoras terem ganho o mais importante prêmio internacional para o gênero, o "Hans Christian Andersen" – Lygia Bojunga, em 1982, e Ana Maria Machado, em 2000 – o demonstra. Não apenas elas, mas uma plêiade de bons autores são editados desde a década de 70, seguindo o exemplo daquele que é até hoje nosso maior autor: Monteiro Lobato.

Ao publicar em 1921 *A menina do Nanizinho arrebitado*, ele inaugurou o que se convencionou chamar de fase literária da produção brasileira destinada a crianças e jovens. Sua obra constituiu um salto qualitativo comparada à dos autores que o precederam, já que é quase toda permeada de debates sobre temas públicos contemporâneos ou históricos que Lobato problematiza, de modo a ser compreendido por crianças e se expressa em linguagem original e criativa, na qual sobressai a busca do coloquial brasileiro, antecipatória do Modernismo. Seu exemplo foi seguido por nossos melhores escritores, que se intitulam "filhos de Lobato", porque viveram sua infância no Sítio do Pica-pau Amarelo.



Enquanto a década de 70 se caracterizou pelo surgimento de novos e bons autores na linha lobateana, os anos 80 trouxeram jovens ilustradores que mudaram o aspecto visual de nossos livros infantis. A última década do século XX viu acordar uma boa parte dos editores brasileiros para compreensão de que a criança merece o melhor e, em decorrência disso, surgiram livros bem impressos, aqueles objeto-livro nos quais texto e ilustração têm qualidade, o papel é de textura que não permite sombras nas páginas opostas aos desenhos, os tipos têm o tamanho adequado à faixa etária do leitor – facilitando a leitura aos iniciantes – e a diagramação é profissional e de bom gosto.

Claro que nem todos os livros editados têm essas características, digamos que 10% do que se publica é bom. Quando constatamos a edição mais de mil títulos novos a cada ano, percebemos quanto é vasto esse percentual de boa qualidade. Até as traduções hoje são mais bem cuidadas, tanto do ponto de vista gráfico quanto de conteúdo.

O trabalho que vocês e muitos outros professores realizam em salas de leitura ou outros espaços, pelo Brasil afora, é da maior importância para se atingir o patamar de um país de leitores. Para bem realizá-lo, é importante conhecer os interesses dos alunos e ainda a diversidade de temas e gêneros que a produção editorial brasileira ofereça. Isto porque, além dos objetivos de proporcionar momentos de distração e prazer, o livro pode abrir novos horizontes, falar de diferentes culturas, propor soluções para problemas da existência humana, levar à compreensão do mundo em que vivemos e das pessoas com quem nos relacionamos.

Acredito, como vocês também, que o livro de literatura de boa qualidade pode transformar o futuro das crianças e jovens, tornando-as pessoas melhores, mais conscientes e críticos da sociedade em que vivemos.

Laura Sandroni
Mestre em Literatura Brasileira
Membro Honorário do IBBY
Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

Fontes

Paulo Freire. *A importância do ato de ler*. Cortez, 1982.

Laura Sandroni e Luiz Raul Machado. *A criança e o livro: guia prático de estímulo à leitura*. Ática, 1986.

Laura Sandroni. *De Lobato a Bojunga as reinvenções renovadas*. Agir, 1987.

RESENHA



visões de Montaigne, Thomas Morus, Rousseau, Campanella, a obra de Erasmo.

Utilizando-se de fontes primárias, Afonso Arinos examinou com argúcia e imaginação documentos que, por suas características, permanecem fundamentais para os que quiserem dar continuidade ao seu trabalho. Hoje, a bibliografia secundária precisaria ser atualizada, pois, se Montaigne e Rousseau são permanentes, as idéias que circulavam à época em que foi escrito por certo estão superadas.

Passadas quase sete décadas entre a primeira e a última edição, o tema *índio*, com o desaparecimento da maioria das tribos e conseqüentemente de suas culturas, deixou de encantar os europeus. Os motivos de encantamento são outros, quando se iniciam os preparativos para comemorar o *Ano da França no Brasil*, em 2009. Temos agora, em novas bases e de mais fácil compreensão, com o que encantá-los – o livro *L'indien brésilien et la Révolution Française: les origines brésiliennes de la théorie de la bonté naturelle*. Tradução de Monique Le Moing; prefácio de Sérgio Rouanet. Paris: La Table Ronde, 2005. 334 p., que possibilitará não um novo olhar dos velhos europeus sobre novos índios, mas a compreensão renovada de que será pela bondade, boa vontade e harmonia que se constituirão a mundialização e a globalização – a tão sonhada unidade entre todos os povos.

O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural, de Afonso de Arinos de Melo Franco, Topbooks, com introdução de Alberto Venancio Filho, prefácio de Sérgio Paulo Rouanet e 4.^a capa de José Murilo de Carvalho, todos membros da ABL, é obra de referência sobre o indigenismo brasileiro.

Publicado em 1937, "este livro levou mais de cinco anos para ser composto e redigido", diz-nos o autor. Em trabalho seletivo, Afonso Arinos pesquisou com gosto e acuidade tudo o que de mais importante existia à época para realizar seu objetivo, despertado ainda jovem, aos vinte anos.

Nos capítulos "As lendas do bom e do mau selvagem; Viagens de índios brasileiros à Europa; Influência social e popular do tipo do índio brasileiro nos séculos dezesseis e dezessete; O índio brasileiro e as idéias do século dezesseis; O índio brasileiro e as idéias do século dezessete; O índio brasileiro e as idéias do século dezoito", analisa origens, mutações e permanência dos mitos que os europeus criaram em relação ao Brasil.

Em sua intemporalidade, requisito de obras clássicas, trata dos mais importantes temas que fomentaram os movimentos revolucionários europeus do século 18 – a teoria da bondade natural do homem; o tema da utopia no Novo Mundo, a influência do idealizado índio brasileiro sobre a literatura revolucionária européia, o canibalismo, a análise da crônica dos viajantes, as



Exatidão, em realidade, não para com a obra de Afonso Arinos de Melo Franco e não é possível, em realidade, esquecer a importância de sua obra para a história da cultura brasileira. A obra de Afonso Arinos de Melo Franco é uma obra de referência para a história da cultura brasileira. A obra de Afonso Arinos de Melo Franco é uma obra de referência para a história da cultura brasileira.

A obra de Afonso Arinos de Melo Franco é uma obra de referência para a história da cultura brasileira. A obra de Afonso Arinos de Melo Franco é uma obra de referência para a história da cultura brasileira. A obra de Afonso Arinos de Melo Franco é uma obra de referência para a história da cultura brasileira.

JOSÉ MURILLO DE CARVALHO



Luiz Antônio de Souza
Bibliotecário da BALM/ABL e da UERJ

RESENHA



A obra integra a coleção *Antologia dos Mitos Indígenas*, belissimamente ilustrada por Maurício Negro, designer gráfico que colorizou pirogravuras com anilina, café, açafrão, cebola, óleo de nozeira e de banana, urucum e outros pigmentos naturais. (Detalhe ao lado)

Conceituando cultura como a "capacidade humana de buscar respostas criativas às perguntas que nos fazemos", Daniel afirma que, por não existir uma única resposta, há diferentes culturas, mas não culturas superiores.

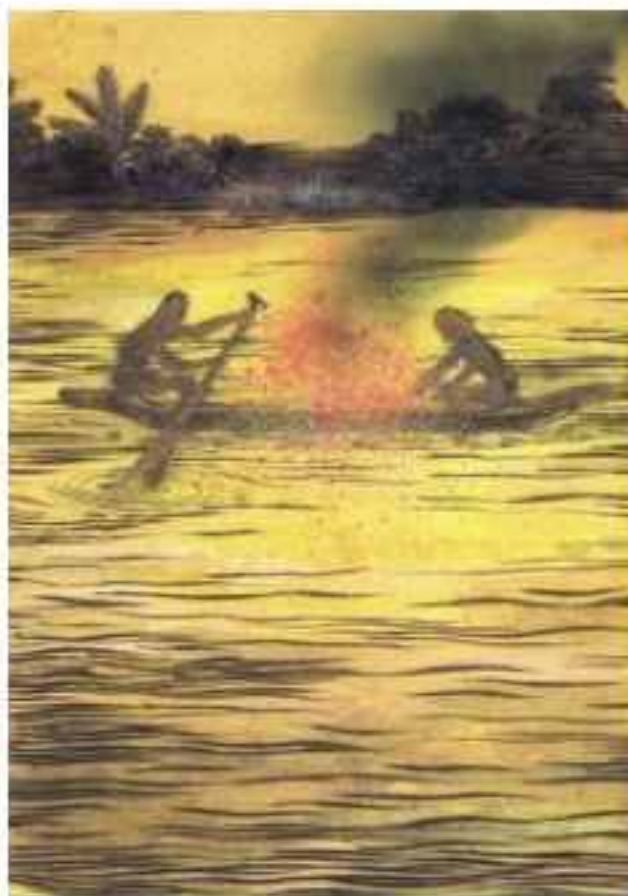
O livro se afina com o espírito da recente Lei que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Daniel Munduruku é graduado em Filosofia, licenciado em História e Psicologia e doutorando em Educação na USP. Autor com vários livros premiados, é conhecido no Brasil e no exterior. Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República, Diretor-presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – Inbrapi e Pesquisador do CNPq. Prêmio ABL de literatura infanto-juvenil 2008, com *O olho bom do menino*.

www.danielmunduruku.com.br

Em abril – mês em que se comemora o Dia do Índio – a Global Editora lançou novo trabalho assinado por Daniel Munduruku, ***Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo***, conforme o próprio autor destaca na apresentação, traz histórias que fazem parte de um diálogo entre natureza e cultura. Uma conversa que vem se repetindo ao longo do tempo.

Quatro histórias, quatro mitos da cultura indígena dos povos Aruá, Kalapó, Tariano e Bororo, que contam como eles criaram caminhos próprios e especiais e herdaram dos antepassados seus bens culturais, tornando-os humanos, portanto, passíveis de erros e de acertos em suas caminhadas. Não são histórias inventadas, são histórias vividas que trouxeram testemunhos, deixaram marcas, e sobre as quais não é possível voltar atrás nem modificá-las. A leitura do livro é verdadeiro convite para conhecermos e respeitarmos as culturas indígenas brasileiras.



RELATÓRIO

É exposição circunstanciada de atividades levadas a termo por funcionário, no desempenho das funções do cargo que exerce, ou por ordem de autoridade superior. Geralmente expõe situações de serviço, resultado de exames, eventos ocorridos em relação a planejamento, prestação de contas ao término de um exercício; etc.

Partes do Relatório

1. Título (a palavra RELATÓRIO), em letras maiúsculas.
2. Vocativo: a palavra Senhor(a), seguida do cargo do destinatário; e de vírgula.
3. Texto paragrafado, composto de introdução, desenvolvimento (não necessariamente identificada) e conclusão.
 - a) Na introdução se enuncia o propósito do relatório.
 - b) No desenvolvimento – corpo do relatório – a exposição minuciosa dos fatos.
 - c) Na conclusão – resultado ou síntese do trabalho, bem como a recomendação de providências cabíveis.
4. Fecho, utilizando as fórmulas usuais de cortesia, como as do ofício.
5. Local e data, por extenso.
6. Assinatura, nome e cargo ou função do signatário.
7. Anexos, complementando o relatório, material ilustrativo e/ou documental.

EXEMPLO



(1) RELATÓRIO

(2) Senhora Secretária,

Os editores da revista eletrônica trimestral *Educação em Linha*, Profs. Helenice Vallas de Rezende e John Wesley Freire, lotados e em exercício na Subsecretaria de Gestão da Rede e de Ensino /Seeduc/RJ, tendo concluído no mês de junho/2008 sua 4.ª edição, perfazendo um ano de publicação, apresentam a V.Ex.ª relatório das atividades pertinentes à sua editoria.

(3a) Introdução

Em abril de 2007, considerando nossa experiência editorial, inclusive em *O Preto* – revista litero-cultural que secretariáramos sob a editoria do Acadêmico Antonio Olinto, quando lotados no Conselho Estadual de Cultura/RJ –, fomos encarregados pelo então Subsecretário, professor Godofredo de Oliveira Neto, de editar revista educativo-cultural que tratasse transversalmente de temas de interesse do professorado, pois o caráter didático-pedagógico era explorado por outros meios.

(3b) Desenvolvimento

O principal obstáculo à existência da revista era a ausência de previsão orçamentária. Procedidos os estudos, concluímos que a revista teria difusão eletrônica no portal da Seeduc, elidindo os custos de impressão e de distribuição dos exemplares, ponto vulnerável de iniciativas anteriores.

Aceitando o desafio, estabelecemos contato com a Superintendência de Tecnologia da Informação que, desde então, tem sido nossa aliada na divulgação eletrônica da revista. Assim, em setembro de 2007 lançamos a primeira edição da revista, que obteve boa receptividade, embora a falta de divulgação tenha sido grande obstáculo.

Dos quadros da Seeduc obtivemos pronta colaboração dos professores Antonio Silvério Cardinot de Souza, Rafael Carneiro Monteiro (ilustradores), Edwiges Rosalia Ferreira, e Wellington Machado; na 4.ª edição, a eles se somaram Evaldo Bittencourt, Superintendente Pedagógico, e Paulo Roberto Bahiense, da Educação Escolar Indígena.

Escritores, professores e artistas, por nós convidados, contribuíram gratuitamente com grande parte de artigos e ilustrações, muitos inéditos, destacando-se: Cristovam Buarque, senador; Antonio Olinto, Carlos Nejar, Domicio Proença Filho e Evanildo Bechara, acadêmicos da ABL; Abraham Zakan, Afonso Romano de Sant' Anna, Angela Lopes, Anna Maria Rennhack, Arno Wehling, Eduardo Bueno, Laura Sandroni, Lilla Schwarcz, Luiz Emygdio de Mello Filho, Luis Fernando Verissimo, Maria Augusta Machado, Marilda Castanha, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Rodrigues Filho, Raul Lody, Renato Caporali, Rubem Alves, Ruy Castro, Spacca, Vera Cristina Feltosa, Ziraldo e muitos outros. Nos quatro primeiros números da revista foram publicados 81 artigos, de 57 autores, relacionados nos anexos. A arte-final das capas nas edições 1 e 3, foram elaboradas pela artista Maria Regina Leitão, e a 4, por ela e Angela Duque.

Além das ilustrações realizadas pelos artistas referidos, as fotografias provieram do nosso acervo e de instituições envolvidas, que cederam artigos e material iconográfico de seu acervo e publicações: ONU, Unicef, Fundação Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional e Nacional de Belas Artes, Riotur, SNEL; editoras: Ática, Bertrand Brasil, Cia. das Letras, Edilouro, Global, Gryphus, José Olympio, Nova Fronteira, Objetiva, Papirus, Record e Topbooks.

Com relação aos leitores, pode-se afirmar que, pelas manifestações recebidas, algumas delas publicadas na seção *Fala professor/Fala leitor*, a aceitação da revista foi unânime, havendo manifestações bastante elogiosas de membros da ABL, escritores e professores da rede estadual de ensino. Causou particular admiração que uma professora, coordenadora de cursos de português de Hamburgo, Alemanha, tenha recomendado a adoção dos textos da revista aos seus colegas, como reiterado nos Portais da Seeduc e do Governo, e no Diário Oficial/RJ. (Anexos)

Na própria Seeduc, tem-se notícia da utilização de seções da revista em treinamentos internos e até mesmo de seu uso para pesquisas entre os alunos.

(3c) Conclusões e sugestões

Pelo exposto, avaliamos que *Educação em Linha*, com um ano de existência e quatro edições, pode ser considerada iniciativa pioneira com resultados positivos.

Como sugestões, proporíamos que a revista:

I - fosse melhor divulgada nos eventos internos e externos da Seeduc, aumentando ainda mais a relação custo-benefício que apresenta;

II - recebesse paginação e layout feito por especialista, pois seu acabamento é realizado pelos editores, que não dispõem de recursos técnicos adequados a esse mister.

(4) Agradecendo a confiança de V. Ex.ª, e esperando que *Educação em Linha* seja uma das expressões positivas de sua presença à frente da Seeduc/RJ, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que considerar oportunos.

(5) Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008

(6) Helenice Valias de Rezende (matr. 1.154.947-4) e John Wesley Freire (matr. 239.409-6).

Editores

(7) Anexos

Publicações – DORJ, Portal da Seeduc/RJ

Índice de autores e colaborações

Índice de matérias

John Wesley Freire
Professor da Seeduc/RJ

Especialista em educação, produtor e apresentador de rádio e tv

GERÚNDIO & GERUNDISMO

O **gerúndio** constitui uma das três **formas nominais** do verbo (**infinitivo** e **particípio** são as outras), assim chamadas por poderem desempenhar função de **nomes**, ao lado do seu valor verbal. Podemos identificá-las pelas desinências:

- a) **-r** para o infinitivo;
- b) **-do** para o particípio; e
- c) **-ndo** para o gerúndio.

Pela sistematização da *Nova gramática do português contemporâneo* (Celso Cunha e Luiz F. Lindley Cintra, 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 482 - 492), essas formas têm como característica não exprimirem por si nem o tempo nem o modo, estando o seu valor temporal e modal em dependência do contexto em que apareçam.

O **infinitivo** "apresenta o processo verbal em potência; exprime a idéia da ação, aproximando-se assim do substantivo".

Ex.: *Viver é lutar.* = *A vida é luta.*

O **particípio** "apresenta o resultado do processo verbal; acumula as características de verbo com as de adjetivo, podendo, em certos casos, receber como este as desinências **-a** de feminino e **-s** de plural".

Ex.: trânsito *interrompido*; pitangueiras *carregadas* de flores.

O **gerúndio** "apresenta o processo verbal em curso e desempenha funções exercidas pelo advérbio ou pelo adjetivo".

Ex. 1: *Anoitecendo*, partiremos. = *Logo à noite*, partiremos. (função de advérbio)

Ex. 2: *Água fervendo* (= fervente). Nesta função adjetiva, há os que o consideram *galicismo* (estrangeirismo de língua francesa), embora este uso seja antigo na língua; segundo Bechara,



Emprego do Gerúndio

O gerúndio pode apresentar a forma *simples* (*amando*) e a *composta* (*tendo* ou *havendo* *amado*). Esta "indica uma ação concluída anteriormente à que exprime o verbo da oração principal".

Ex.: *Tendo saído* às pressas, foi encontrar-se com a namorada.

A forma *simples* expressa uma ação em curso que pode ser imediatamente anterior, posterior ou contemporânea à do verbo da oração principal, dependendo o valor temporal do gerúndio quase sempre de sua colocação na frase.

O gerúndio anteposto à oração principal, exprime:

- a) uma ação realizada imediatamente antes à indicada na oração principal;

Ex.: Atravessando a cidade, rumaram para a região Serrana.

- b) uma ação iniciada antes ou concomitante à indicada na oração principal, e que tem continuidade.

Ex.: *Tiritando*, o menino caminhava sob a chuva fria.

O gerúndio ao lado do verbo principal expressa ação simultânea e corresponde a um adjunto adverbial de modo.

Ex.: Abraçaram-se *chorando* diante do casarão em ruínas.

O gerúndio posposto à oração principal indica uma ação posterior, equivalendo normalmente a uma oração coordenada aditiva.

Ex.: Sentaram-se à mesa, *brindando* o retorno do amigo.

A forma do gerúndio, frequente no português do Brasil, passou a ser excessivamente empregada, em situações nas quais nem se faz necessário, nem convém o uso, resultando em desleigante modismo, verdadeiro vício de linguagem: o **gerundismo**.

Sobre o assunto, expressivo artigo circula na Internet:

Manifesto antigerundista

Lembrem-se da seguinte regra gramatical: **o gerúndio NUNCA vem depois de um verbo no infinitivo.**

Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando (*recortar*), estar imprimindo (*imprimir*) e estar fazendo (*fazer*) diversas cópias, para estar deixando (*deixar*) discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando (*falar*) sem estar espalhando (*espalhar*) essa praga terrível que parece estar se disseminando (*disseminar-se*) na comunicação moderna, o **gerundismo**.

Você pode também estar passando (*passar*) por fax, estar mandando (*mandar*) pelo correio ou estar enviando (*enviar*) pela Internet. O importante é estar garantindo (*garantir*) que a pessoa em questão vá estar recebendo (*receber*) esta mensagem, de modo que ela possa estar (*esteja*) lendo e, quem sabe, consiga até mesmo estar se dando conta (*se dar conta*) da maneira como tudo o que ela costuma estar falando (*falar*) deve estar soando (*soar*) aos ouvidos de quem precisa estar ouvindo (*ouvir*). Sinta-se livre para estar fazendo (*fazer*) tantas cópias quantas você vá estar achando (*ache*) necessárias, de modo a estar atingindo (*atingir*) o maior número de pessoas infectadas por esta epidemia de transmissão oral.

Mais do que estar repreendendo (*repreender*) ou estar caçoando (*caçoar*), o objetivo deste movimento é estar fazendo (*fazer*) com que esteja caindo (*cair*) a ficha nas pessoas que costumam estar falando (*falar*) desse jeito sem estar percebendo (*perceber*). Nós temos que estar nos unindo (*nos unir*) para estar mostrando (*mostrar*) a nossos interlocutores que, sim!, pode estar existindo (*existir*) uma maneira de estar aprendendo (*aprender*) a estar parando (*parar*) de estar falando (*falar*) desse jeito.

Até porque, caso contrário, todos nós vamos estar sendo (*seremos*) obrigados a estar emigrando (*emigrar*) para algum lugar onde não vão estar nos obrigando (*nos obrigarem*) a estar ouvindo (*ouvir*) frases assim o dia inteiro.

Sinceramente, nossa paciência tem estado (*está*) a ponto de estar estourando (*estourar*)!

Um "Eu vou estar transferindo a sua ligação" que eu vá estar ouvindo (*ouça*) pode chegar a estar provocando (*provocar*) alguma reação violenta da minha parte. Eu não vou estar me responsabilizando (*me responsabilizar*) pelos meus atos. As pessoas precisam estar entendendo (*entender*) a maneira como esse vício maldito conseguiu estar entrando (*entrar*) na linguagem do dia-a-dia."

Assim, atenção: use, mas não abuse do Gerúndio!

Helenice Valias
Mestre em Literatura Brasileira
Prof.ª de Língua Portuguesa da Seeduc/RJ

Consulte-se também: ABL responde - www.academia.org.br

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MUNDO

Fui questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia, durante debate, num seminário em Nova York, Estados Unidos. O jovem introduziu sua pergunta dizendo que esperava a resposta de um humanista e não de um brasileiro. Foi a primeira vez que um debatedor determinou a ótica humanista como o ponto de partida para uma resposta minha. De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia.

Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Respondi que, como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade.

Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada,



internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro.

O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia é para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da humanidade.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país.



Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os

grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França.

Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, possa ser manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido

internacionalizado.

Durante o encontro em que recebi a pergunta, as Nações Unidas reuniam o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu disse que Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada.



Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.

Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Começemos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola.

Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver.

Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

Cristovam Buarque
Professor da UNB
Senador da República

Consulte o documentário em <http://br.youtube.com/watch?v=awnINj30eC0>

EM DEFESA DAS FLORESTAS BRASILEIRAS



Entidades da sociedade civil, movimentos sociais, pastorais e ONGs entregaram carta aberta em defesa da Amazônia, dirigida aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado em dia 6 de maio pp., data que antecedeu o início da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Os representantes das entidades se mostraram preocupados com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras.

Os signatários da carta pedem a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), conhecido como "Floresta Zero", que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de palmáceas e eucaliptos, entre outras espécies.

Com base nas taxas anuais de destruição de floresta, estima-se que, em duas décadas, 31% da Amazônia estarão derrubados, outros 24% degradados e há previsão de a floresta tornar-se savana até o final desse século. O "Floresta Zero" é sinal aberto para motosserras e correntôes acelerarem esse processo. Com ela, desaparecerá também a riquíssima biodiversidade da floresta (ainda não totalmente conhecida pela ciência) e as culturas locais de povos indígenas e populações tradicionais.

Se aprovado, ao invés de aumentar a proteção ao meio ambiente e estabelecer metas para a redução do desmatamento, o Congresso Nacional estará dando as costas para nossas florestas e abrindo as portas para mais destruição, agravando uma situação que já coloca o Brasil na incômoda posição de quarto maior poluidor do planeta.

Outras reivindicações

A carta também demanda a rejeição da Medida Provisória 422/08, conhecida como PAG (Plano de Aceleração da Grilagem); do PEC 49/2006, que é proposta de mudança constitucional, e reduz a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 quilômetros; e dos Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que sustam os efeitos do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas.

Leia a íntegra da carta no endereço:

<http://www.portaldomeioambiente.org.br/noticias/2008/mayo/07/carta-aberta-em-defesa-da-amaz.pdf>

Outras informações: www.canalids.com.br/www.ultimaarcadenoe.com

O BICHO LIXO: NARRATIVAS ORAIS GUARANI, TEATRO DE BONECOS E MEIO AMBIENTE

O problema do lixo nas aldeias foi tema na oficina "Língua, Narrativas Guarani, Meio Ambiente e Teatro de Bonecos". Uma das respostas para as questões levantadas remeteu à sabedoria tradicional da cultura Guarani: se a mata é um guarani e ela é destruída, o pacto ambiental é quebrado¹. É preciso renová-lo, diminuindo o impacto ambiental e criando um pacto de paz (mesmo com a língua portuguesa, os professores Guarani fazem muitas vezes jogo de palavras e metáforas²).



Tanto em oficinas no Rio de Janeiro, quanto no Paraná, apresentamos "Conversa de Armazém", peça que vem sendo trabalhada em Paraty por Fátima Queiroz há alguns anos para público diversificado, mas pela primeira vez para indígenas. Estes eventos despertaram ainda mais o interesse dos Guarani pelo teatro de bonecos. Concluiu-se que toda história tem um ou mais problemas a serem resolvidos e, no caso da "Conversa de Armazém", trabalha-se sobre impacto ambiental, poluição dos rios, resíduos sólidos, saneamento, higiene pessoal e desmatamento. Na discussão após o espetáculo, também realizada no

Paraná, Sandra Benites, professora bilíngüe do Espírito Santo, verificou a possibilidade de trazer para sala de aula questionamentos sobre higiene, mas sem causar mal-estar aos alunos, argumentando que um boneco pode aparecer se coçando em cena, o que cria distanciamento, faz a pessoa rir de sua própria situação, com a possibilidade de *ver de fora* o problema. Ao mesmo tempo, recebe noções sobre higiene, permitindo que informações sejam absorvidas por outros canais. Sandra percebeu então que, brincando, é possível aprender e se conscientizar sobre temas graves, delicados e polêmicos.

Outro aspecto importante no trabalho foi discutir sobre a questão do lixo, e como evitar os problemas decorrentes da poluição. Nírio Karai Mirim da Silva, professor bilíngüe da Aldeia Araponga, acredita que é importante aprender com o teatro para reproduzi-lo na escola, porque não adianta o agente de saneamento guardar o lixo, é preciso desenvolver atitudes com a comunidade. Em relação à sua aldeia, de difícil acesso, ele pergunta: como retirar os resíduos sólidos de lá?

Estávamos em Araponga em janeiro de 2007, quando uma *jurua*³ (não-indígena) reuniu todos que participaram do *Nhe'emongarai*, para catarem, em mutirão, o lixo da aldeia. Consideramos a ação importante, ainda mais porque grande parte do lixo fora produzida justamente no período em que o *jurua* lá esteve. Criticamos no entanto o discurso de que "ensinaria os Guarani a lidar com o lixo", porque na fala desta ambientalista se percebe que o não-indígena geralmente não entende os povos indígenas, olhando-os a partir do seu próprio universo cultural. A dificuldade é fazer o exercício contrário. Nírio nos contou que os sacos cheios de lixo catado naquela ocasião ficaram lá na aldeia. Quem os carregaria trilha abaixo? Concluímos que as comunidades precisam de ações mais consistentes, contínuas, por parceiros que entendam e respeitem profundamente o seu modo de ser. No final da discussão, durante a oficina do Rio de Janeiro, Nírio brincou que parecia ter visto uma "latinha subindo sozinha" a trilha para a sua aldeia, e todos riram. A piada suscitou a questão da "vida do lixo" e foi incorporada teatralmente.

A partir de discussões em sala de aula com o professor José Ribamar Bessa Freire, iniciamos a criação de uma narrativa, em que foram analisados alguns personagens sugeridos e suas representações

para os Guarani e para os *jurua*. A coruja, que para o *jurua* é observadora e significa sabedoria, para o Guarani, *urukurea* é aquela que enxerga longe, médium, caçadora, e de cujo pé os Guarani retiram remédio. *Xivi* (onça) é caracterizada como agressiva e violenta. *Ka'i* (macaco) representa o malandro, o brincalhão, o esperto. *Parakau* (papagaio) é o falador, o fofoqueiro. *Kururu* ou *ju'i* (sapo) é protegido pelos Guarani e participa de várias de suas narrativas tradicionais.



Considera-se que o homem, dito civilizado, pode ser ou não inteligente, porque vive a contradição: causa o impacto ambiental, mas pode "reconstruir" a natureza. Decidiram incluir o personagem *jurua*, porque o Guarani tradicionalmente não polui. Ao perguntarmos de onde vinha o lixo nas aldeias, a resposta foi o título escolhido para essa narrativa: "Bicho Lixo". Desejou-se cuidar do lixo, transformando-o. Eis um breve resumo dos roteiros criados naquela ocasião:

O primeiro espetáculo "Casamento do Leão" narra uma história com vários personagens: leão, sapo, macaco, coruja, gambá, papagaio, cobra, preguiça, pernilongo e barata. Esses animais se reúnem para uma festa e nela jogam muito lixo no chão. O espetáculo "Casamento do Leão" – adaptação de narrativa realizada por Algemiro, contada por seu pai Verã Miri – além de recuperar uma narrativa tradicional e desenvolver aspectos estéticos na arte do teatro de bonecos, foi criado para discutir o destino dos resíduos sólidos nas aldeias. Nela uma pilha de lixo cobre a preguiça, ela estica o pescoço comprido para conseguir respirar, e a sujeira atrai o pernilongo e a barata. Cinco anos depois da festa, o leão, na sequência da adaptação, ainda encontra lixo jogado pelo chão. Esta narrativa termina com o macaco dizendo que, na tradição guarani, "morto que é morto, peida". E o leão solta um peido barulhento, causando muitos risos na plateia, mostrando que na verdade estava vivo.

O segundo espetáculo, intitulado "Bicho Lixo", trata da mesma questão, porém, com narrativa inédita, criada pelos Guarani. Neste caso a tradição entra no teatro de outra forma, incluindo a presença do pajé, de problemas Guarani e de bichos que fazem parte do imaginário deste povo. Conta que antigamente seus parentes – sua gente – achava erva medicinal para curar as crianças, mas quando chegaram os não-indígenas, passaram a ter que comprar remédio na cidade. O sapo reclama que a água está suja. O macaco lembra que antigamente as árvores frutíferas existiam por todo lado, e eles tinham liberdade e fartura. O papagaio diz que atualmente precisa ir longe para buscar fruta para os seus filhotes, arriscando-se a levar tiro. A coruja tem preocupação com o sumiço dos passarinhos, uma vez que a mata está desaparecendo. O milho questiona a razão de não conseguir germinar bem e acha que a terra está ficando improdutiva. O pajé lamenta que agora, para se alimentar, necessita ir lá fora comprar "veneno" (comida industrializada), cheio de química. Pede para algum Guarani ir à cidade e resolver o que fazer com o lixo que vem de lá. Chega o Agente Indígena de Saneamento e os orienta a não deixarem o lixo espalhado na aldeia. Diz que o lixo pode ser reaproveitado, transformado em um boneco, por exemplo. Chega o Bicho Lixo, conta que era malvisto porque ficava espalhado por todo lado e trazia doença, mas passou a ser útil, depois de reciclado.

É importante salientar o uso do *petyngua* (cachimbo) nos dois espetáculos. No primeiro, a cobra aparece na festa dançando e fumando. O macaco, quando faz a pajelança para o leão, também dança, canta e fuma o *petyngua*, dando baforadas no leão para curá-lo. No segundo espetáculo, o personagem do pajé fuma o *petyngua* durante toda a narrativa. Este objeto é de grande importância na vida dos Guarani Mbyá, fundamental à manutenção dos seus rituais e da saúde.



Há que se ressaltar a força da tradição em ambas as narrativas. O primeiro roteiro partiu de uma narrativa tradicional Guarani e, durante o processo de criação com as professoras, adquiriu a dinâmica de entradas e saídas de personagens, muito próxima à do teatro de bonecos tradicional *jurua* (não-indígena). Houve uma adaptação da narrativa às normas que "garantem" um

bom espetáculo de bonecos. Já o segundo roteiro, produzido somente pelos índios, em língua guarani, criou uma narrativa inédita, com a opção de fazer entrarem no palco quase todos os personagens ao mesmo tempo, criando na cena um clima de reunião à maneira dos índios em suas aldeias. No final, todos juntos dançaram e cantaram, pedindo a *Nhanderu* (um dos deuses guarani) que tudo melhorasse. Criaram assim um modo guarani de fazer teatro de bonecos, que funcionou muito bem nas apresentações realizadas nas aldeias.

Algemiro, sempre atento e sensível, avaliou que o teatro de bonecos pode ser mais forte do que imaginara para chamar a atenção sobre a questão do lixo, por exemplo. Ele acredita no teatro como melhor forma de discutir o problema do impacto ambiental, mais eficaz do que uma reunião com todos os moradores. Fala do teatro de bonecos numa visão pragmática, utilitária, instrumental para o exercício da cidadania.

Ananda Machado

Mestre em Memória Social pela UNIRIO

Professora da Rede Estadual de Ensino/RJ e da Escola de Teatro do Cetep Quintino/Faetec

Notas e referências bibliográficas

¹ "As espécies vegetais, animais, a hidrografia, o relevo que compõem a Mata Atlântica fazem parte do universo material e espiritual Guarani. Quando eles 'partem em busca de seus verdadeiros lugares', a orientação divina para o assentamento das famílias se dá em consonância também, embora não de forma exclusiva, com os recursos naturais existentes, e as condições para o sustento do grupo. Por isso as matas, cada vez mais raras, vão se tornando mais significativas para os Mbyá." (in LADEIRA, Maria Inês. *Mbyá Tekoã, o nosso lugar*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 63)

² Fizemos uma visita ao Museu Casa do Pontal no dia 26 de novembro com os professores Guarani do Rio de Janeiro. Logo no início, Chico Lã, artista educador da casa começou uma cantoria de boas vindas que foi realizada em guarani também, com jogo de rima e tudo improvisado na hora. Na volta, Algemiro, ao observar da janela do carro os prédios do bairro Recreio dos Bandeirantes, disse: "É difícil né? Edifício!" (MACHADO, Ananda, *O Encontro do Teatro de Bonecos com Narrativas Orais Guarani*. UNIRIO, 2008)

³ *Jurua* significa, literalmente, "boca com cabelo", uma referência à barba e ao bigode dos europeus conquistadores.

COSMOLOGIA GUARANI MBYÁ – A DANÇA DOS XONDARO

A visão de mundo de um povo é produto de suas vivências e experiências. Assim, cada evento novo em sua cultura lhe possibilita transformação e maior interação com o mundo ao redor.

Os Guarani, na atualidade, vivem em contato com a sociedade não-índia, da qual também fazem parte como cidadãos brasileiros, vivenciando de forma contemporânea essa relação. Entretanto, a relação com a sociedade não-índia é difícil, pois eles circulam em dois mundos, adotando tanto objetos dessa sociedade (televisão, celulares, etc.) e aprendendo sua língua, como novas formas de pensar, pela escolarização e outros contatos.

Essa relação com o "outro" mostra a capacidade que os Guarani (e muitas sociedades indígenas) desenvolveram de relacionar-se com o diferente, sem, no entanto, se desqualificar ou mudar a forma de ver o mundo, reforçando assim sua identidade étnica.

Essa capacidade de relacionamento com a alteridade é possível graças à sua re-significação cultural, na qual os mitos, os sonhos, os cantos (*porahéi*) e as danças (*jerokjy*) guarani mbyá são evocados para vivenciarem o cotidiano da tradição do povo. Os Guarani em território brasileiro são divididos linguisticamente em Nandeva, Kayová e Mbyá.



Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, Bracul, Angra dos Reis

expressam a relação com o criador do mundo *Mbyá*, e falam da relação com pássaros e outros animais.

Toda essa relação homem-natureza, cantos, danças e sonhos representam um diálogo com as "divindades" Guarani Mbyá e fazem parte de um complexo ritual xamânico, que pode curar um doente

Através dos mitos, os Guarani vão se re-educando e re-significando sua cultura. Os mitos (tal como ocorre entre os ocidentais) são narrativas que retratam a formação do mundo, as relações homem-natureza, e expressam, metaforicamente, as idéias inconscientes da sociedade Mbyá. Estes mitos se transformam em ações através de narrativas oníricas, danças e cantos produzidos e vivenciados no cotidiano da aldeia – que

através dos cantos, dos sonhos, ou de seu conjunto.

Além de colocar o mito em ação, os cantos e danças Guarani reforçam a auto-identidade da pessoa Guarani Mbyá, ou seja, revelam os atributos que ela deve possuir: a força, a leveza e a alegria. Bom exemplo disso é a dança dos *xondaro** (guerreiros) que se realiza diariamente antes do pôr-de-sol e ressalta os traços da identidade cultural Guarani.

A dança dos *xondaro*

A dança dos *xondaro*, relatada a seguir, ocorreu no pátio central da Aldeia Guarani Mbyá Sapukaia, em Bracuí, distrito de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e fez parte de um trabalho de campo que realizei:

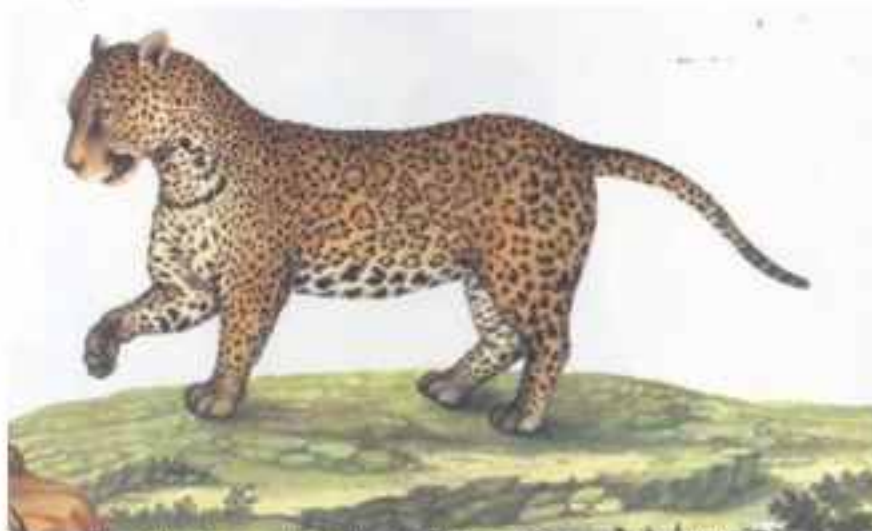
Era final de tarde, os Guarani que participariam da dança foram chegando. Formaram um círculo e começaram a dançar ao som do *mbaraka*, *mbaraka mirim* e do *ravé*, num ritmo suave, sob a orientação do mestre do *xondaro*. Todos dançavam, inclusive ele. Em círculos, todos "dançavam como pássaros" e se preparavam para entrar na mata (imaginária). No momento em que adentraram a mata, o ritmo da música se acelerou, ficou tenso e muito rápido.

Os *xondaro* seguiram pela mata, com a leveza de pássaros, mas atentos, olhando bem o chão, para ver se havia cobras. De repente, o mestre do *xondaro*, usando o bastão, foi para o centro do círculo e os participantes se prepararam para defender-se imaginariamente de animais da floresta.

O mestre fez movimentos corporais com o auxílio do bastão, os demais se defenderam da chuva, do sol e dos animais. O mestre fez mais gestos, e os participantes imitaram o jaguetê (onça), o macaco, o sapo, entre outros animais. Na dança, os animais representados pelos dançarinos ora atacavam, ora eram atacados pelo mestre, os demais se defendiam dos animais da floresta e de qualquer inimigo por ele representado.

O mestre atacava o "animal" que representava momentaneamente o *xondaro*, este se defendia, e o mestre respondia, encarnando o animal que seria representado a seguir. O jaguetê e o macaco foram os mais representados. Essa etapa era individual. O mestre chamava um *xondaro* para o centro, fazia um gesto de onça e o atacava com o bastão; o *xondaro* se defendia, se levantava, se abaixava e se esquivava ao máximo: a luta era simbolizada pelos gestos.

Posteriormente, o mestre passou o bastão para outro (isso acontece quando há um iniciante à função de mestre, ou outro mestre, ou mesmo um importante *xondaro*), que desenvolveu a mesma *performance* até completar o círculo.



Jaguetê, em desenho de Alexandre Rodrigues Ferreira, séc. XVIII, FBN

Os *xondaro* dominaram os animais, e a dança terminou com todos em círculo novamente, preparando-se para entrar na *opy* (Casa de Cerimonial, onde ocorrem os rituais xamânicos). Passaram por todos que estavam do lado de fora da *opy*, dizendo *aguyjevête* (um agradecimento); depois, circulando em fila, ao som já mais suave dos instrumentos, os *xondaro* entraram na *opy*.

Na dança dos *xondaro* as representações mais frequentes são do jagaretê e do macaco, ambos animais que povoam o mundo mítico dos Guaraní Mbyá em várias narrativas. O macaco é sinônimo de leveza. Imitando-o, estão trazendo sua leveza. Ao imitarem o jagaretê, estão trazendo sua força. Usam a força da onça e a leveza do macaco, a fim de se prepararem para a vida, conforme afirmou o jovem Guaraní Kuaray.

Após a dança, com o corpo leve, os *xondaro* podem cantar. Segundo eles, o corpo está leve, limpo e saudável, o que os torna fortes guerreiros. A leveza também deve ser cultivada pelas mulheres, através dos cantos na *opy*, e pela alimentação, como ocorre com os homens.

A elaborada forma de relacionamento com o mundo exterior à aldeia e com a natureza, assim como as histórias dos Guaraní Mbyá, demonstram a importância de se compreender este povo e sua diversidade, expressos por um de seus rituais mais significativos – a dança dos *xondaro*.

Vera Lúcia de Oliveira
Doutoranda em Ciências Humanas pelo IFCS/UFRJ
Professora de Sociologia do CEJOTA – Seeduc/RJ

Fonte:

"Mbaévyky: o que a gente faz, Cotidiano e cosmologia Guaraní Mbyá". (Dissertação de Mestrado da autora, 2002, IFCS/UFRJ)

* *Xondaros* eram os guardiões das nossas aldeias antigamente, quando não havia contato com o jurua e era preciso proteger a aldeia de outras comunidades inimigas. Eles se preparavam para preservar a vida do pajé e da comunidade. Hoje é uma dança masculina, que ainda mantém esse significado de guardar a aldeia, vigiar a Opy nas cerimônias e para manter a saúde e o equilíbrio. Sempre no final do dia tem a dança do *xondaro* na Casa de Reza.

www.culturaguarani.com.br/cultura.html

Xondaros são os guardiões das aldeias e têm a função de receber os visitantes de outras aldeias. A dança do *Xondaro* é praticada ao anoitecer antes das rezas tradicionais. É ensinada às crianças para que elas adquiram força e equilíbrio físico e espiritual.

Jornal do Commercio – Recife – 19/04/2000

Os índios guaranis possuem uma interessante técnica de luta desconhecida pela maioria dos brasileiros, até mesmo pelos adeptos das artes marciais. Ela se denomina *Xondaro* (pronuncia-se *xondáro*) e curiosamente lembra aspectos das práticas orientais, como a ênfase no equilíbrio, gestos baseados nos movimentos de animais e a atitude de "desviar-se" – preferindo não se contrapor ao oponente, deixando-o gastar suas energias.

A técnica propicia uma eficiência tal que, segundo os guaranis, os antigos guerreiros *Xondaro* conseguiam agarrar flechas em pleno vôo. Assim como a capoeira, que pode exercer a função de luta ou de dança – conforme as circunstâncias –, a *Xondaro* também possui um papel múltiplo. Luta, dança e canto. Porém, como música e dança, a *Xondaro* está totalmente integrada às experiências religiosas xamânicas, aparentemente não sendo exercitada isoladamente como folguedo.

Rosana Bondi, "Xondaro – a arte marcial dos guaranis."
In *A nova democracia* – 17/03/2004
www.anovademocracia.com.br

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Lei n.º 11.645, 10/03/2008

Publicado no DOU de 11/03/2008

Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1.º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2.º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187.º da Independência e 120.º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad



Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas: www.interlegis.gov.br

MUSEU DO ÍNDIO

O Museu do Índio é uma instituição técnico-científica, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, exclusivamente dedicada às culturas indígenas no Brasil. O casarão, localizado no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, construído em 1888 e tombado como patrimônio de preservação cultural do país em 1967, é um exemplo clássico da arquitetura neoclássica do século XIX.

A instituição abriga um expressivo acervo que reúne documentos relativos às sociedades indígenas e ao indigenismo. Com o objetivo de preservar o conhecimento pertencente a esses povos, o Museu do Índio



desenvolve ações integradas de conservação, pesquisa, documentação e comunicação dos registros de sua história e patrimônio cultural. Seu acervo reúne 16 mil peças etnográficas; 16 mil publicações especializadas em Etnologia e áreas afins; 68.217 documentos audiovisuais em diversos suportes, parte já digitalizada e armazenada em meio digital; 125.916 documentos textuais de valor histórico que servem para a comprovação dos direitos indígenas sobre as suas terras.

Considerado, hoje, como referência para pesquisadores e interessados na questão indígena, a instituição vem contribuindo com significativos avanços para

o campo de museus etnográficos brasileiros, através do permanente registro das informações de seu acervo, divulgadas em suas bases de dados e publicações. Tem, como eixo fundamental do seu programa de trabalho, o estabelecimento de parcerias com sociedades indígenas, prestando apoio técnico às iniciativas de registro de suas próprias culturas de natureza material e imaterial. Comunidades de todas as regiões do país participam diretamente dos trabalhos da instituição como a identificação de objetos, imagens e matérias-primas, além da realização de atividades para o público.



Visitar o Museu do Índio é associar entretenimento, educação e cultura. A instituição tem adotado várias estratégias de contato com o público, entre elas: disponibilização de informações pela internet, realização de mostras e, principalmente, atendimento ao público infantil.

Mais exposições e maior circulação das informações museológicas. A instituição considera essa proposta importante para a divulgação de seus acervos e para a formação de novos públicos. Mostras de peças e fotos, cursos, palestras, atividades educativas para estudantes, seminários,

exibição de filmes e vídeos, entre outros eventos, fazem parte da rotina do Museu, além de serviços como o empréstimo de material audiovisual e etnográfico para escolas e instituições.

A criação do espaço Museu das Aldeias, local dedicado à apresentação de mostras feitas com a participação dos índios, e a ênfase no trabalho com as crianças são exemplos das estratégias de contato com o público, divulgando a presença dos índios na sociedade nacional. Através de criatividade e determinação, a instituição ganha destaque no cenário cultural brasileiro. Utiliza modernos recursos museográficos, competindo, assim, com os mais importantes museus do Brasil e do mundo.



MUSEU DO ÍNDIO / FUNAI – Rua das Palmeiras, 55 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ Tels.: 21-3214-8702 / 3214-8705
www.museudoindio.gov.br comunicacao@museudoindio.gov.br

100 ANOS DO COLÉGIO ESTADUAL SOUZA AGUIAR



Até o final da década de 50, o colégio funcionou em um antigo prédio, uma edificação baixa, voltada para a Rua Gomes Freire, por onde passavam bondes em direção à Lapa. A partir de 1962, o CESA passou a funcionar em outro prédio, uma edificação de três andares, com frente para a Rua dos Inválidos. Esses locais de funcionamento, marcos na história carioca, mostram como o Colégio, marcado pela história da cidade onde se insere, deixa nela também suas marcas. São 100 anos de história. Muitas são as marcas, em um século de serviços prestados à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Uma escola, porém, é muito mais que seu prédio, histórico ou não; de um, de três ou de dez pavimentos que sejam.

Como fazer uma escola? De que elementos compô-la? De barro e sapê? De cimento e telhas? De aço, de vidro? Ou de ar? Fazê-la, antes, de tempo e de gente, histórica e humana. Enchê-la de sentimentos, humanos sentimentos, de sonhos e de esperanças. Torná-la espelho do mundo, onde cada um se mire e receba a imagem do outro: puro, fraterno, diverso, além das classes e dos credos, do signo e do sexo, da cor da pele e do drama. Querê-la clara e sem mitos, aberta e sem centro, livre e libertária, como deve ser a casa do futuro. Mas também querê-la abrigo, lugar de guardar e resguardar os mitos; silencioso lugar de livre pensar, para tentar desvendar e entender os mistérios, os segredos e a verdade que há por trás dos mitos que passeiam ao longo de toda a História. Lugar de guardar e dar à vista o passado, aquilo de que vamos sendo feitos.

E depois de feita, plantá-la no coração de seu povo e deixar que aí ela floresça, sem medos e sem muros, e crie suas raízes, excessiva e desmedida árvore, para que o povo faça dela, e ao redor dela, a praça da alegria e a mantenha sempre corajosa, para os desafios do próprio povo, e eternamente nova, para o povo de cada instante.

Calcado no seu tempo e sempre feito e refeito para a sua gente, assim é que tem sido o Colégio Estadual Souza Aguiar. Assim, devemos buscar que sejam todas as escolas.

Até que uma nova criança inaugure um novo espaço.

Wellington Machado
Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da Seeduc/RJ

ANGELO AGOSTINI – O TRAÇO E O HUMOR

Os desenhos remontam à pré-história, imortalizando fatos do cotidiano dos povos, ou retratando entidades de sua mitologia. Em decorrência da escrita surgem os tabletes de argila, os rolos de papiro ou de pergaminho e, finalmente os livros.



Capitulum do séc. XIII, acervo de bibli. alemã

Na Idade Média, o trabalho de calígrafos, iluminadores, miniaturistas e encadernadores aparece nos mosteiros, onde monges copistas se tomam artistas, e seus trabalhos, verdadeiras obras-primas. Como especialistas, executam não apenas letras capitulares em folhas de ouro que abrem os capítulos, mas desenhos de flores, paisagens, personagens, em vivas e variadas cores.

A ilustração, aplicada aos textos, materializa conceitos, pois traz, além da beleza plástica, a facilidade de compreensão de idéias abstratas à minoria que têm contato com livros. Assim, o acesso às belas capitulares e iluminuras das páginas ilustradas medievais é prerrogativa do clero e da nobreza. A inserção de imagens surge inicialmente em livros religiosos, passando mais tarde aos seculares.

A História da Arte considera Annibale Carracci, 1555-1619, como o pioneiro na utilização da caricatura. Como desenho de pessoas reais, ela se caracteriza por exagero, distorção e uso de poucos traços na retratação. Pier Leone Ghezzi, 1674-1755, é tido como artista que vivia exclusivamente da caricatura. Mais tarde, a Revolução Francesa e seus "direitos do homem", aumenta o espaço para as ilustrações satíricas.

O surgimento das ilustrações, charges e caricaturas que vêm povoar o universo de jornais se dá no século XIX e, nele, são criadas revistas como *Punch* – a mais antiga revista de humor ainda em circulação, que em 1841 consagra o termo *cartoon* (cartum, entre nós) –, e *Silhouette*, na Europa. Na França, é significativa a produção do chargista e pintor Honoré Daumier, 1808-79, amigo de Degas, e assim surgem, em diversas partes do mundo, homens notáveis que satirizam o que a sociedade produz no seu dia-a-dia.

No Brasil, Araújo Porto Alegre, discípulo de Debret, desponta como nosso primeiro chargista de jornal. Outros chegam, como o talentoso português Raphael Bordalo Pinheiro, que para cá trouxe a inovadora técnica do nanquim, última moda em Paris da *belle époque*.

Mas o cartunista italiano Angelo Agostini é, sem dúvida, o mais importante artista gráfico do Segundo Reinado. Nasce em Vernate, Itália, 1833, falecendo no Rio de Janeiro, 1910.

Com a experiência de desenhista em Paris, Angelo vem para o Brasil, em 1859, tornando-se ferrenho crítico do Império. Ataca D. Pedro II por considerá-lo um bonachão dorminhoco, enquanto os ministros do seu governo, Barões de Barbacena e Cotegipe, mandam e desmandam;



Revista Ilustrada, 05/02/1887, Fund. Bibl. Nacional

Com seu traço mordaz, Agostini retrata os personagens e os desmandos no Império. Funda o *Diabo Cooxó* em 1864, primeiro jornal ilustrado nacional em São Paulo, fechado em 1865. Em 1886, lança o *Cabrião*, que ataca o clero e as elites escravocratas, sem dó nem piedade. Obviamente, o jornal vem a falir no ano seguinte.

Quando Angelo se muda de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1869, cria a primeira história em quadrinhos brasileira, a que denomina *Nhô-Quim*, ou *Impressões de uma viagem à Corte*. O que mais impressiona em Agostini é a fidelidade aos traços das figuras por ele retratadas que, facilmente identificáveis, caricaturam a vida no Império, passando para o leitor o drama dos fatos.

Na *Revista Ilustrada* cria o personagem *Zé Caipora* (1876), grande sucesso na época, e *Nhô-Quim*, ambos personagens que não sofrem influência estrangeira, "heróis brasileiros no estado mais puro". Com isto, a marca de Angelo Agostini ficará para sempre. Acusado de estrangeiro, prontamente se naturaliza, para demonstrar que não foge à luta.

Espírito inquieto, nos anos de 1880, Angelo afasta-se do Brasil devido a escândalo amoroso com uma artista plástica, por ser casado. Ao retornar, funda a revista *Dom Quixote*, publicada entre 1895 e 1906.



Ex-escravos dançam para comemorar a Lei Áurea, queimando instrumentos de tortura.
Revista *Ilustrada*, 03/06/1888 (detalhe), Fundação Biblioteca Nacional

Agostini, "nosso retratista oficial do II Império", influencia, sem sombra de dúvida, todos os cartunistas que o sucedem. É, como se dizia na época, o "baluarte" das artes gráficas. Artistas como J. Carlos, Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro (K.Listo), Belmonte, Alvarus e Nássara são alguns dos que beberam na fonte criada e bem cuidada de Angelo Agostini.

Os bicos-de-pena permanecem para sempre, pois dele herdamos o refinamento dos traços e a criação das histórias em quadrinhos entre nós.

No período republicano surge a primeira mulher caricaturista, Nair de Teffé, conhecida como Rian, parente do pai do autor deste texto, Raphael Carneiro Monteiro, cartunista também, embora não tenha ele prosseguido sua vida nesta profissão.

Ao longo de sua profícua vida Agostini trabalhou, ainda, em *O Mosquito*, *Vida Fluminense*, *O Malho* e na *Gazeta de Notícias*. Em *O Tico-Tico*, foi responsável por sua primeira capa, em 11/10/1905, reprodução na página seguinte, e de muitas outras.



Fundação Biblioteca Nacional

Atualmente, o número de cartunistas de alta qualidade gráfica é enorme, bastando observar os traços de Millôr Fernandes, Fortuna, Ziraldo, Jaguar, Henfil e, ultimamente, de Chico Caruso, Angelli, Cássio Loredano, além de numerosos expoentes regionais e do argentino-brasileiro Luis Trimano que, sem dúvida, mudou o traço brasileiro. Mas, apesar da passagem do tempo, o traço e o humor de Agostini mantêm-se como marco da caricatura nacional.

Em reconhecimento à contribuição e à marcante influência do artista, a Associação de Quadrinistas e Caricaturistas de São Paulo distribui anualmente, no Dia do Quadrinho Nacional, 30 de janeiro, o *Prêmio Angela Agostini*, escolhendo os melhores desenhistas, roteiristas, cartunistas, fanzines, coloristas, além do melhor Lançamento e os Mestres do Quadrinho Nacional.

Rafael Carneiro Monteiro
Professor da Seeduc/RJ
Professor de Artes Visuais – Faculdade Pestalozzi
Mestre em Educação Ambiental/Unipi

FISGA-PALAVRAS

VAMOS AJUDAR O ÍNDIO A ACHAR A PALAVRA PEIXE QUE APARECE CINCO VEZES NO QUADRO DE LETRAS ABAIXO?



P	F	L	B	P	B	E	S	T	N	T	O	O	F	L	B	P	R	I	G	B	E	S	T	N	T	O	I	F	L
E	G	H	F	D	O	T	Z	K	I	M	X	S	D	H	F	A	O	B	P	O	T	Z	P	I	M	X	S	G	H
I	H	A	S	T	S	R	A	I	Z	A	L	I	K	O	E	E	T	R	E	S	R	A	E	Z	A	L	C	H	A
X	D	L	A	E	F	L	D	C	L	V	X	M	D	L	J	O	F	L	T	F	L	D	I	L	V	X	M	D	L
E	Z	K	U	I	N	I	F	R	E	N	G	I	Z	K	P	D	N	I	U	N	I	F	X	E	N	G	P	Z	K
O	L	S	D	D	E	L	I	A	G	E	M	A	N	F	X	C	U	A	B	E	L	I	E	G	E	M	O	L	S
T	F	O	A	A	S	R	T	Z	X	A	B	T	I	O	D	Y	S	R	T	S	R	T	Z	X	A	B	T	F	O
I	A	P	V	Z	D	I	A	P	E	I	X	E	L	S	T	I	D	A	O	D	I	A	B	D	F	A	I	A	P
F	T	M	E	L	P	E	R	K	T	I	V	A	J	U	F	P	P	E	R	P	E	R	K	T	I	V	F	T	M
Q	I	E	L	L	I	T	B	D	E	N	U	T	R	I	T	F	V	Q	T	I	T	B	D	E	N	U	Q	I	E
A	A	E	R	F	O	R	F	A	N	Q	E	J	W	N	I	R	R	X	L	O	R	F	A	N	Q	E	A	A	E
O	D	P	E	I	X	E	A	R	A	C	A	L	I	O	Q	W	L	I	C	L	M	A	R	A	C	A	O	D	K
U	O	U	S	T	U	G	R	F	W	P	P	R	T	N	J	I	P	E	I	X	E	R	F	W	P	P	U	O	U
R	S	N	F	I	M	O	E	T	R	D	E	G	L	A	U	T	U	A	B	M	K	R	V	A	D	E	R	S	N

FALA, LEITOR



Considerando a origem de algumas mensagens, tomamos a liberdade de identificá-las:

Pode publicar, porque será uma honra. Só informe que não fui em uma universidade, foi em um seminário em Nova York.

Cristovam Buarque, senador

É leve, o conteúdo é agradável e o mais importante, informativo. Nossos professores precisam aprender a gostar de ler, para poder transmitir esse hábito aos seus alunos.

Antonio Olinto, ABL

Agradeço ter podido participar. O grande abraço do

Carlos Nejar, ABL

Espetacular a revista! Mas ela não existe em papel ??? Se não, como faço para imprimir apenas algumas páginas?

Ruy Castro

Ficamos todos muito satisfeitos com a publicação do nosso artigo na revista Educação em Linha. Divulguei ao máximo.(...) nossos agradecimentos pelo convite anterior e pela interação muito construtiva que tivemos.

Abrahan Zacon – UFRJ

A revista 3 ficou maravilhosa. Vocês estão cada vez melhores. A ilustração do meu texto ficou muito bem. Valorizou o ensaio. Já parti para a divulgação entre amigos.

Nelson Rodrigues Filho

Imprimi a revista e comecei a ler, é muito interessante. Alguns assuntos cabem até para a Educação aqui em Portugal... Sobre violência nas escolas, está na moda aqui também. Na semana passada ocorreu um caso grave numa escola da província.

LS (Portugal)

Acabo de ler folhear a revista e li a entrevista do Ruy Castro, ótima. Vocês estão brilhando como sempre...parabéns.

KR (EUA)

Recebi o número 3 da Educação em Linha. Parabéns pela seleção dos artigos: atuais, variados e de excelente conteúdo.

EV

Fico feliz em ter ajudado, vai ser para mim uma grande honra ter meu nome divulgado nesta revista com tanta credibilidade. Já aderi à leitura diária. Conteúdo muito interessante, chama para a leitura.

CAV (MT)

Bom saber que a Educação em Linha número 3 está publicada na internet! Ficou muito boa! Parabéns!

AS

Muita boa a revista. Parabéns! ... Vocês aceitam colaborações? Tenho matéria, de minha autoria, sobre a importância do desenho animado como processo lúdico de aprendizado. Também tenho criado filmes em animação sobre os temas cidadania, ecologia e educação em saúde.

PEG

Adorei a revista. Está muito bonita e os artigos estão excelentes. Parabéns! Gostaria de sugerir que as próximas edições trouxessem textos, poesias, artigos sobre matemática.

RCM

Parabéns! Gostei muito da revista. Grande contribuição para todos os envolvidos com a educação responsável.

ABC

Parabéns pela revista, está maravilhosa.

AL

A revista é muito boa, eu gostei muito. Estão de parabéns pela qualidade e seriedade deste trabalho.

VLO

Ficamos felizes com o estímulo das opiniões expressas, esperando melhorar sempre.